

FACTO

ABIFINA

ANO V • JUL/SET • 2011 • Nº 30

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



A Biodiversidade Brasileira



Pharma Summit Brazil

26 e 27 de outubro de 2011
Tryp Paulista • São Paulo/SP

O Encontro dos Líderes da Indústria Farmacêutica Nacional

KEYNOTE SPEAKERS

Alexandre Lopes Lourenço, Farmacêutico-Bioquímico e Pesquisador em Propriedade Industrial, Diretoria de Patentes
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual

André Sá, CEO
BRAZIL PHARMA

Eunice Alcântara, Ethics and Compliance Director
BRISTOL MYERS SQUIBB

Gilberto Ugalde, Vice Presidente e General Manager
GLAXOSMITHKLINE

Lucia Freitas, Institutional and Regulatory Manager
SANOFI PASTEUR

Marcos J.R. Souza, Market Access
FERRING

Marcos R. Pereira, Director External Manufacture Quality
Pharmaceuticals for Latin America
JOHNSON & JOHNSON

Paulo Henrique Dantas Antonino, Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Saulo de Carvalho Junior, Presidente
ANFARLOG – Associação Nacional dos Farmacêuticos Atuantes em Logística

PRINCIPAIS ABORDAGENS

- Internacionalização do Dossiê da ANVISA
- Visão Sistêmica da Indústria Farmacêutica Nacional
- Inteligência Competitiva
- Inovações Tecnológicas na Indústria Farmacêutica
- Evolução da Logística Farmacêutica
- Tecnologia e Inovação
- Varejo Farmacêutico
- Pesquisa & Desenvolvimento
- Patentes Farmacêuticas
- Compliance na Indústria Farmacêutica
- Farmacoeconomia e os Desafios da Indústria Farmacêutica
- Governança Corporativa
- Marketing Farmacêutico
- Outsourcing

Participe
Também

Briefing Pré-Summit • 26 de outubro de 2011
A Internacionalização do Dossiê da Anvisa como um Diferencial para o Lançamento de Novos Produtos e Medicamentos

Workshop Regulatório • 27 de outubro de 2011
Discuta Sobre as Principais Alterações no Cenário Regulatório Nacional e seus Impactos para o Setor Farmacêutico

EMPRESAS CONFIRMADAS

ANFARLOG – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FARMACÊUTICOS ATUANTES EM LOGÍSTICA
ASTELLAS FARMA BRASIL • ASTRAZENECA • AVENTION CONSULTORIA • BIOLAB SANUS FARMACÊTICA
BRAZIL PHARMA • BRISTOL MYERS SQUIBB • CRF-SP • DOW BRASIL • EMS
FACULDADE DE MEDICINA DO ABC • GLAXOSMITHKLINE • GLENMARK • INPI • JOHNSON & JOHNSON
MINISTÉRIO DA SAÚDE • MSD • RANBAXY FARMACÊTICA • SANOFI-AVENTIS • SANOFI PASTEUR
TAKEDA PHARMACEUTICALS BRAZIL • UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL • ZAMBON GROUP

INSCRIÇÕES:

keycode: PHAB11
www.informagroup.com.br/pharma
Telefone: (11) 3017-6903

Realização:



informa

Apoio:



FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Jean Daniel Peter
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente Farmacêutico:
 Dante Alario Junior e Ogari Pacheco
 Vice-presidente Agroquímico: Luis Henrique Rahmeier
 Vice-presidente Farmoquímico: Nicolau Lages
 Vice-presidente Cadeia Química: Lêlio Maçaira
 Diretor de Assuntos Parlamentares:
 Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretora de Relações Institucionais: Telma Salles
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 João Alegro
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Odilon Costa
 Diretor de Propriedade Intelectual: Adriana Serrão
 Antônio Berge Kessedjan: conselheiro
 Antonio Werneck: conselheiro
 Hayne Felipe: conselheiro
 Mário França: conselheiro
 Rodrigo Pinto: conselheiro
 Ulrich Meier: conselheiro

Conselho Consultivo

Akira Homma
 Eduardo Costa
 Fernando Marques
 Pedro Wongtschowski
 Alcebiades Athayde
 Eduardo Eugenio
 Fernando Sandroni
 Paulo Cezar Aquino
 Vinzenz Plorer

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • claudia@abifina.org.br
 Reportagens (Capa e ABIFINA Comenta): Inês Accioly
 Entrevista: Natalia Calandrini
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 e 1201 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
 Números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Em entrevista, Peter Andersen fala sobre a preservação da biodiversidade no Brasil.



Marcos Oliveira e Nelson Brasil falam sobre os desafios da política industrial

biodiversidade
 fitoterápicos
 saúde
 inovação

EDITORIAL

04

MATÉRIA POLÍTICA

06

OPINIÃO

13

CAPA: ESPECIAL CENTROFLORA

14

ENTREVISTA

20

SAIU NA IMPRENSA

22

ABIFINA EM AÇÃO

24

PAINEL DO ASSOCIADO

31



Publicação da:

ABIFINA
 Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina,
 Biotecnologia e suas Especialidades

A inovação tecnológica como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do país

Nelson Brasil de Oliveira e Marcos Henrique Oliveira
vice-presidentes da ABIFINA



A inovação tecnológica foi apresentada como o principal eixo da nova política industrial, lançada no final de julho. Seu objetivo declarado é recuperar a competitividade da indústria nacional para enfrentar o que foi classificado como o “novo paradigma de produção asiático”. E, em sequência, foi declarado que essa inovação seria buscada nos laboratórios de pesquisa, nos departamentos de engenharia de produção e nos centros de ciência e tecnologia, de onde a inovação tecnológica emergiria sob a forma de patentes industriais capazes de mudar a relação de custo dos produtos fabricados no Brasil em relação aos importados da China.

Sinceramente esperamos que o enfoque com que foi apresentada a nova política industrial tenha resultado de uma simplória leitura feita pela mídia, ouvindo e interpretando equivocadamente expositores governamentais, pois que com esse viés ela não atenderia seus objetivos. Em realidade a inovação tecnológica não surge espontaneamente de laboratórios de

pesquisa, departamentos de engenharias de produção ou centros de C&T, mesmo que alimentados a peso de ouro. A inovação tecnológica somente emerge na indústria visando sua aplicação mercadológica e, assim mesmo, quando se trata de um mercado competitivo a ser atendido.

Nesse cenário pode-se afirmar que a indústria doméstica, ao sentir uma oportunidade de negócio, fatalmente responderá aos desafios de mercado com investimentos em seus processos produtivos, inovando onde, quando e quanto for necessário. Mas para que tal processo ocorra, é fundamentalmente requerido que a indústria local tenha condições de competitividade isonômicas com as indústrias de natureza similar, localizadas no exterior. Isso é o que se chama competitividade internacional e que passa, necessariamente, pela existência de cenários macroeconômicos similares, ou seja, equivalentes taxas de câmbio e de juros, de sistemas tributários, de custos de energia e de transportes, etc. A inexistência

dessa equivalência em variáveis macroeconômicas obriga o Estado a estabelecer políticas compensatórias a tais desigualdades, as quais fatalmente se transformam em melhores resultados quando aplicadas setorialmente, em áreas mais sensíveis para cada situação em particular.

A indústria localizada em um mercado pujante e com taxas de crescimento elevadas, como é o caso do Brasil, uma vez colocada em condições de competitividade com o exterior fatalmente responderá favoravelmente aos desafios que surgirem nesse mercado, inovando em processos e produtos, inclusive, sob a forma de patentes industriais. O patenteamento de processos e produtos não é o motor do desenvolvimento industrial, em realidade ele é uma forma para posteriormente manter a demanda de mercado criada pela indústria local, quando colocada em situação de competitividade internacional pelo Estado Nacional.

O complexo industrial da química fina, tanto no Brasil como no exterior, é extremamente regulamentado pelo Estado, em especial devido às implicações de seus produtos com as áreas da saúde e alimentação. Cuidar para que essa regulamentação seja rígida, como ocorre no primeiro mundo, é prudente e necessário, mas que seja aplicada sem preconceitos ou radicalismos ideológicos e em consonância com as políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico do país, é indispensável.

A associação da inovação com competitividade e desenvolvimento tem sido uma constante no mundo de nossos dias, o que tem provocado uma

busca pelo entendimento adequado do que seja inovação e dos fatores que conduzem a ela. A maioria dos países do mundo tem, pelo menos nos últimos dez anos, desenvolvido planos nacionais de desenvolvimento calçados no fomento à inovação. O marco regulatório tem sido um dos fatores incluídos no rol de indutores da inovação, mas é apenas um deles, e a associação da existência de um sistema de patentes com o estímulo à inovação é, pelo menos, frágil. Países com uma longa e estável tradição de proteção à propriedade industrial, como os EUA, por exemplo, experimentam períodos de baixa inventividade, sugerindo que outros fatores estão associados ao sucesso do esforço inovador.

Os Estados Unidos, desde 2003, com a publicação do relatório da Federal Trade Commission-FTC, “To Promote Innovation” sublinharam a importância de um mercado competitivo para impulsionar a inovação e apontou os riscos de um sistema de patentes extremamente permissivo, favorecendo a concessão de patentes de baixa inventividade, como um entrave à inovação e ao desenvolvimento. A Academia Nacional de Ciências também abordou o tema em seu relatório “A Patent System for the 21st Century” e uma de suas recomendações era exatamente de elevar o padrão de inventividade na análise e concessão de patentes. Nos vários estudos sobre inovação, desenvolvimento e liderança tecnológica que se seguiram naquele país, o marco regulatório esteve sempre presente, mas nunca como o principal motor da inovação.

Recentemente, em fevereiro de 2011, o Presidente Obama lançou sua “Innovation Strategy”, um ambicioso programa destinado a fortalecer a liderança tecnológica dos EUA no mundo. Os pilares deste programa são os investimentos em P&D, especialmente infra-estrutura e capacitação de pessoal, a promoção de mercados competitivos e o foco do esforço inventivo nas prioridades nacionais, como a energia, por exemplo. Em todos estes pilares é destacada a atuação do governo como promotor e articulador do processo.

Também na Europa a promoção da inovação para aumentar a competitividade e favorecer o desenvolvimento ganhou destaque no espaço político com o

lançamento de um programa para a Europa 2020, o “Innovation Union”. As principais diretrizes do programa são: a) o aumento dos investimentos em educação, P&D e institutos de pesquisa; b) melhoria na coordenação dos agentes; c) criação de uma Área Européia de Pesquisa; d) criação de um fundo europeu para financiar a inovação; e) promover o uso estratégico das compras governamentais; f) incentivar a inovação com fins sociais; g) marco regulatório mais inteligente e ambicioso e, finalmente, reduzir o custo de acesso à tecnologia proprietária.

Japão, Índia e muitos outros países têm dedicado atenção ao tema e estabelecido

Os países ainda em desenvolvimento não devem importar, acriticamente, regulações incompatíveis com seu grau atual de desenvolvimento, sob pena de frear o processo.

programas de desenvolvimento com foco no estímulo à inovação. O programa da China, “Indigenous Innovation Policy”, lançado em 2006, merece alguma atenção por dar uma ênfase especial à questão da propriedade do conhecimento. O programa tem como diretriz estratégica apoiar o desenvolvimento local de tecnologia através de financiamento aos investimentos, estabelecimento de lista de produtos ou tecnologias prioritários e, principalmente, utilizando o poder de compra do estado chinês. O governo se obriga a comprar produtos protegidos por patentes cuja tecnologia foi gerada na China e produtos com marca depositada originalmente no país. À exemplo de outros países cuja economia é fortemente baseada na exportação, a China percebeu a importância da proteção patentária para ganhar e manter espaços em mercados externos e evitar que seu mercado interno seja dominado por produtos cujas patentes

pertencam a estrangeiros. Recentemente, complementou sua política de inovação com o lançamento da “National Patent Development Strategy”, um programa destinado a ampliar o leque de tecnologias sob controle chinês.

As visões sobre inovação e suas condicionantes variam de país para país e os resultados dos diferentes programas de incentivo à inovação também. Muitos esforços têm sido feitos para estabelecer um sistema de avaliação do processo de inovação. Um dos mais recentes trouxe resultados instigantes: Islândia, Suécia e Hong-Kong ocuparam as três primeiras posições como países mais inovadores, o que sugere que em países menores é mais fácil articular os esforços e manter o foco em objetivos adequados, factíveis e essenciais ao país. Os Estados Unidos ocuparam a décima-primeira posição, o Reino Unido a décima-quarta e a Alemanha a décima-sexta.

A inovação é um fenômeno social complexo, mas do que se conhece dele até aqui, é possível afirmar que seu mais potente indutor é o mercado e sua condicionante essencial de sucesso é a coordenação da atuação dos agentes.

Em muitos dos programas nacionais acima citados são feitas referências ao papel central do Governo como agente do processo e à necessidade da melhoria da articulação setor privado com o governo.

No caso brasileiro, o sucesso da política de desenvolvimento calcada na inovação passa, em primeiro lugar, por uma acentuada melhoria na articulação intra-governamental, não só entre diferentes ministérios, mas até mesmo entre diferentes instâncias do mesmo ministério. Nesse contexto, as agências que cuidam do marco regulatório – Anvisa, Cade, INPI, Inmetro - não podem ter agendas próprias de atuação, mas sim colocar seus objetivos e metas a serviço da política nacional de inovação. É bem sabido que os países hoje ditos desenvolvidos alcançaram este estágio num ambiente regulatório bem menos rígido do que no que operam hoje. Países ainda em desenvolvimento não devem importar, acriticamente, regulações incompatíveis com seu grau atual de desenvolvimento, sob pena de frear o processo.

Inovação em fitoterápicos:

Uma corrida de obstáculos para acesso a recursos genéticos

“O Brasil, embora seja um país com megabiodiversidade, não tem conseguido de maneira expressiva desenvolver, a partir dela, produtos inovadores. A indústria nacional de medicamentos fitoterápicos tem demonstrado capacidade técnica e vontade de investir na geração de novos produtos, porém enfrenta dificuldades práticas que vêm obstruindo e até mesmo impossibilitando a concretização de seus projetos”. Este comentário do professor colaborador da UFRJ, Celso Lage, especialista senior em propriedade industrial do INPI, sintetiza o cenário atual no segmento de medicamentos fitoterápicos. As dificuldades começam com o acesso a recursos genéticos da biodiversidade brasileira, praticamente bloqueado por uma regulamentação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), do Ministério do Meio Ambiente, que pouquíssimas entidades de pesquisa conseguem cumprir. Enquanto isso, a incontida biopirataria permite que pesquisadores estrangeiros continuem pesquisando e patenteando produtos com base nessa riqueza que o Brasil, em tese, quer preservar.

O desenvolvimento do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), iniciativa do governo federal atribuída ao Ministério da Saúde, estará ameaçado enquanto o Ministério do Meio Ambiente mantiver uma postura hostil ao aproveitamento econômico dos recursos genéticos. O sentimento entre os pesquisadores e produtores que labutam no setor de fitoterápicos é o de estarmos, mais uma vez, entregando nosso ouro ao bandido. Segundo o professor da Universidade Federal de Santa Catarina, João Batista Calixto, um dos colaboradores no desenvolvimento do primeiro fitoterápico brasileiro, cerca de 40 a 50% das substâncias de grande relevância mundial já identificadas são oriundas da biodiversidade. “A pergunta que fica sem resposta é: quantas novas substâncias, de igual ou superior valor, tanto em termos econômicos como para o interesse da sociedade, existiriam na nossa imensa, mas ainda pouco estudada, biodiversidade?”

Recursos genéticos: acesso mais difícil para brasileiros

Calixto afirma que a lei vigente no Brasil para o acesso dos pesquisadores brasileiros e das indústrias farmacêuticas interessadas no desenvolvimento de medicamentos, a partir da biodiversidade, tem trazido enormes problemas para o avanço das pesquisas científicas e para o desenvolvimento de produtos de elevado valor agregado nessa área. “Atualmente, a grande maioria dos pesquisadores que trabalham com produtos naturais no Brasil, especialmente aqueles que desenvolvem pesquisas nas universidades, não conseguem autorização do CGEN para o acesso e coleta de amostras necessárias a esses estudos. Isso me parece um enorme contrassenso, pois essas pesquisas vêm sendo financiadas por órgãos governamentais como CNPq, Finep Capes e Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa”.

Tal fato tem gerado - e continua gerando, insiste Calixto - enormes incertezas por parte da comunidade científica, “inclusive dos alunos de pós-graduação cujos projetos de tese envolvem o estudo de produtos naturais. Nos últimos anos, a situação

tornou-se insustentável, pois o Ibama passou a aplicar multas de grande monta às empresas, universidades e, sobretudo,



“O investimento se torna arriscado para a indústria, já que o processo de registro pode ser indeferido por esta deficiência. Outra dificuldade é a falta de profissionais especializados para desenvolver os testes e protocolos para segurança e eficácia dos medicamentos”.

Poliana Silva

pesquisadores que trabalham na área de produtos naturais”. Inúmeras tentativas de solução deste problema junto às autoridades governamentais têm sido feitas por parte da comunidade científica e das empresas, informa o professor, “mas o que podemos constatar é que não houve avanços significativos”.

Calixto acrescenta que, para piorar a situação, em decorrência de uma portaria do Ibama, o INPI deixou de analisar as patentes depositadas a partir do ano 2000 envolvendo produtos naturais cujos proprietários não haviam comprovado a regulamentação do acesso junto ao CGEN. “Por causa disso, as empresas brasileiras, especialmente farmacêuticas, cosméticas e de suplemento alimentar que estavam investindo em projetos em parceria com universidades e centros de pesquisas envolvendo produtos da biodiversidade, reduziram ou até mesmo cancelaram esses projetos”.

Segundo Benjamin Gilbert, tecnologista senior de Farmanguinhos/Fiocruz e um dos responsáveis pela Comissão Técnica que implementa a Política Nacional de fitoterápicos no SUS, o complexo de 50 regulamentos do CGEN, envolvendo prospecção, acesso, transporte e demais operações industriais compreendidas no processo de transformar uma planta medicinal em fitoterápico, se não for cumprido à risca, resulta em pesadas multas. Exige-se, por exemplo, um contrato com o proprietário da área de coleta da planta, e outro com uma comunidade local identificada como dona do conhecimento associado que validava a planta como medicinal. Transportar a planta de um local para outro requer autorização.

Gilbert conta que essas exigências se baseiam numa regulamentação antiga, formulada num contexto de negociação de contrato entre uma organização brasileira e uma grande multinacional do ramo farmacêutico, que previa o direito de exploração de plantas nativas em troca de financiamento ao órgão brasileiro. “Algo mais distinto do atual caso do PNPMF seria difícil de imaginar. O PNPMF não depende de espécies coletadas, pois trata de espécies há longo tempo cultivadas e que podem comente

“Não foi decidido internacionalmente que um povo tem direito a beneficiar-se dos recursos genéticos que existem em sua redondeza? E não é a saúde um benefício, ora negado ao povo por uma legislação que nada tem a ver com o PNPMF?”

Benjamin Gilbert



ser encontradas em vários estados, muitas vezes no país inteiro”.

Na opinião de Gilbert, a legislação do CGEN e órgãos associados do MMA objetivou um alvo, mas atingiu outro, “e de forma tal que praticamente inibiu o aproveitamento das plantas medicinais brasileiras. Algumas questões de direito legal se impõem. É possível reivindicar direito de propriedade intelectual sobre algo que foi publicado há mais de 50 anos? Se a Constituição reza que a saúde é um direito de cada cidadão, algum outro direito pode ser considerado maior do que este a ponto de bloqueá-lo? Não foi decidido internacionalmente que um povo tem direito a beneficiar-se dos recursos genéticos que existem em sua redondeza? E não é a saúde um benefício, ora negado ao povo por uma legislação que nada tem a ver com o PNPMF?”

João Calixto acrescenta que a inibição do aproveitamento dos benefícios da biodiversidade brasileira acaba prejudicando quase que exclusivamente a pesquisa nacional. “Quando consultamos a Política de Ciência e Tecnologia do MCT, temos que o estudo da biodiversidade brasileira e, sobretudo, seu aproveitamento para o desenvolvimento de produtos de elevado valor agregado, é umas das áreas prioritárias para efeito de apoio governamental. Isto nos leva a pensar que não parece haver a mínima discussão dessa importante questão entre os diversos

ministérios. Por outro lado, em função de problemas já bem conhecidos e também amplamente divulgados pela imprensa, não se observa o mesmo cuidado e empenho do Ibama para controlar a saída de amostras da nossa biodiversidade através da vasta fronteira territorial brasileira”.

A conclusão clara, segundo o professor da UFSC, é que a lei vigente está punindo apenas os pesquisadores e as empresas brasileiras, e, conseqüentemente, criando uma reserva de mercado às avessas. “Os estrangeiros

“Os estrangeiros continuam contrabandeando e pesquisando os nossos recursos naturais, enquanto os brasileiros continuam proibidos de ter acesso a esse mesmo material.”

João Calixto



continuam contrabandeando e pesquisando os nossos recursos naturais, enquanto os brasileiros continuam proibidos de ter acesso a esse mesmo material". Um fato agravante dessa reserva às avessas, assinala Calixto, é que "nossa biodiversidade não é só nossa. Ela se estende a países vizinhos ao Brasil que, ao contrário de nós, não impõem nenhum controle legal. Qual seria, então, o real motivo do Ibama e do governo federal para ainda manter vigente uma lei como esta? Seria a lei realmente importante para preservar nossas riquezas naturais ou ela, de fato, estaria sendo mantida para evitar que cientistas brasileiros e indústrias brasileiras estudem e dimensionem o exato valor dessa riqueza? A grosso modo, seria o mesmo que existir uma lei federal proibindo as pesquisas e a exploração do pré-sal. A quem isto poderia interessar?"



"A regulação tem que resultar de uma política implantada, e não opor barreiras à viabilização dessa política."

Glauco Villas-Bôas

O problema da proteção do "conhecimento tradicional"

Em grande parte, os impasses gerados pela regulamentação do CGEN estão

ligados a um tipo de propriedade intelectual chamado "conhecimento tradicional", instituído com o objetivo de compensar comunidades tradicionais pela apropriação de seus conhecimentos sobre usos terapêuticos de plantas e outros produtos da biodiversidade.

Para Glauco Villas-Bôas, coordenador do Núcleo de Gestão em Biodiversidade e Saúde de Farmanguinhos (NGBS), esse objetivo, no entanto, tem sido completamente desvirtuado. "Hoje assistimos perplexos à atuação do CGEN, que aumenta a cada ano seu empenho em controlar, no papel e nas multas, o patrimônio genético, implicando nele o conhecimento tradicional, sem ao menos ter feito o dever de casa de mapear qual é o conhecimento tradicional em questão. A aplicação sistemática de multas, que há muito deixaram de ser pautadas nas diretrizes de uma política de proteção, que por sua vez deveria se respaldar num robusto sistema de informação, tem sido um desestímulo. Promove incertezas sem que se consiga obter a proteção efetiva nem do patrimônio genético, nem da propriedade intelectual, nem tampouco a repartição dos benefícios sociais."

Benjamin Gilbert propõe um enquadramento histórico para os problemas suscitados pela figura jurídica do "conhecimento tradicional", constituída com base no reconhecimento, por acordos internacionais, de que a flora de um país é um recurso pertencente à sua população, e mais especificamente à população da região onde cada espécie se encontra naturalmente. "No Brasil, ao longo de cinco séculos, as espécies mais tradicionais se espalharam pelo território nacional mediante adaptação, e vieram a ser cultivadas em numerosas hortas, tanto particulares quanto comerciais. Plantas exóticas trazidas por imigrantes se misturavam com as nativas e ao longo do último século se tornaram conhecidas da comunidade médica e da população em geral através de farmacopéias e outras publicações de larga circulação".

O conhecimento original sobre muitas plantas nativas provavelmente veio dos indígenas, acrescenta o pesquisador,

"mas de quais nações não se sabe: é uma informação que está perdida na história". Ele lembra que várias empresas, como a Casa Granada e a Flora Medicinal, ambas localizadas no Rio de Janeiro, produziam uma ampla gama de extratos, pomadas e outras formas medicinais no início do século passado, e que essa indústria somente veio a decair com a maciça entrada no mercado dos fármacos sintéticos e antibióticos, a partir de 1945.

Como integrante da Comissão Técnica de implementação dos fitoterápicos no SUS, Gilbert está ciente do alcance dos benefícios sociais do Programa. "Quem lida frequentemente com populações de baixa renda descobre logo que os remédios receitados pelos postos de Saúde do SUS não estão disponíveis nas farmácias destes postos e escapam ao poder aquisitivo do paciente nas farmácias comerciais. Nas grandes cidades há, em alguns casos, disponibilidade em Farmácias Populares a preços mais acessíveis, mas essa disponibilidade desaparece nas vastas áreas rurais do país. O PNPMP foi desenhado para resolver esta questão. Dados do professor Francisco Matos, do Ceará, mostraram que um esquema bem organizado de fitoterapia poderia responder a grande parte das necessidades das Secretarias de Saúde dos municípios, com uma economia da ordem de 80%."

Os dados apresentados pelo pesquisador revelam como é difícil administrar a atribuição de propriedade intelectual no segmento de fitoterápicos. Um exame preliminar das espécies nativas consideradas pelo Ministério da Saúde revelou 63 espécies necessárias para cobrir razoavelmente todas as principais demandas de uma clínica de saúde, constando de cinco documentos: RDC 10 de 2010, que trata de chás, IN 05 de 2008, que lista plantas de registro facilitado, a Relação Nacional de Fitoterápicos proposta pelo Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF), o Formulário Nacional e a 5ª Farmacopéia Brasileira. Dessas 63, destaca Gilbert, 24 aparecem em publicações em português do tipo farmacopéico com mais de 100 anos e 19 em documentos com mais de 50 anos, entre eles as primeiras duas

Farmacopéias Brasileiras. Espera-se que com mais investigação, as listas de plantas reconhecidas oficialmente como medicinais se revelem todas como longamente conhecidas.

Oportunidades e barreiras em propriedade intelectual

No Brasil, a produção de fitoterápicos pode se beneficiar de proteção intelectual por três formas distintas, direta ou indiretamente: o sistema de patentes, a proteção por cultivares e a indicação geográfica. Ana Claudia Oliveira, assessora de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, lembra que o sistema de patentes não considera invenção plantas *per se*, nem produtos extraídos das mesmas, tais como compostos e extratos (art. 10, inciso IX, da Lei de Propriedade Intelectual (LPI) - nº 9.279/96). Entretanto, podem ser patenteados os processos de obtenção de extratos ou compostos químicos ativos fitoterápicos, assim como as composições contendo extratos ou moléculas isoladas de fitoterápicos.

Adicionalmente, existe o Registro de Indicação Geográfica (IG), especificado nos artigos 176 a 182 da LPI, que pode ser concedido sob duas espécies: Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO). O Registro de Indicação Geográfica também não protege a planta *per se*, nem a cultivar ou mesmo o fitoterápico, mas pode ser usado como uma alternativa para a valorização da matéria prima vegetal que compõe as formulações dos fitoterápicos e dos produtos derivados. Dessa forma, esclarece Ana Claudia Oliveira, os registros de IP e DO funcionam como identificadores de reputação característica e/ou qualidade vinculada à origem e ao processo de obtenção da matéria prima vegetal, sendo o nome geográfico uma condição essencial para sua obtenção.

No Brasil, o sistema mais utilizado é o Sistema de Patentes, que protege a formulação do fitoterápico ou o processo de obtenção. A assessora da ABIFINA afirma que o Sistema de Proteção de Cultivar é pouco usado, “provavelmente devido ao fato de o melhoramento de

plantas medicinais ser uma tarefa árdua, com resultados ainda incertos, uma vez que pode modificar características relevantes para a eficácia da planta de interesse, além da ausência de descritores, o que geraria um custo alto para quem os produzisse para referência”. A Indicação Geográfica, por sua vez, é pouco conhecida, principalmente na área de plantas

desde o uso do conhecimento das comunidades tradicionais, até a produção das indústrias e grupos de pesquisa atuantes no Estado do Rio de Janeiro.

Com a pesquisa, explica Lage, espera-se principalmente determinar os principais gargalos no desenvolvimento de novos produtos fazendo uso da biodiversidade



“É com investimento em pesquisa que vamos combater a biopirataria.

Se o nosso projeto nortear decisões políticas que permitam às indústrias, que já demonstraram a competência necessária, pesquisar e desenvolver produtos da biodiversidade nativa, agregando valor aos nossos recursos naturais, teremos sem dúvida grandes benefícios para toda a sociedade.”

Celso Lage

medicinais e fitoterápicos. “Infelizmente, os pesquisadores do setor ainda não despertaram para o valor agregado que esse ativo intangível pode trazer. Na realidade, as três formas de proteção podem se complementar, ‘cercando’ de todas as formas possíveis o produto das pesquisas com fitoterápicos”.

Celso Lage, especialista senior do INPI, entende que a melhor maneira de o Brasil se beneficiar das oportunidades ligadas ao aproveitamento econômico da biodiversidade nativa é conhecer mais a fundo as dificuldades práticas que vêm obstruindo esse processo e saná-las sem demora. E ele pretende contribuir pessoalmente para esse conhecimento na qualidade de coordenador de um projeto de pesquisa do INPI aprovado este ano no edital Pensa Rio, da FAPERJ, cujo objetivo é traçar um diagnóstico de toda a cadeia produtiva envolvendo o aproveitamento tecnológico da biodiversidade nativa,

nativa, e que esses resultados sirvam de base para tomadas de decisões que ajudem o desenvolvimento do setor. “Além disso, também se espera identificar comunidades tradicionais que possam ter os produtos protegidos por indicação geográfica ou marca coletiva”.

No campo legal, o projeto visa avaliar as especificidades do patenteamento no setor de fitoterápicos, bem como a interface entre a LPI e a legislação brasileira que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional a ele associado do ponto de vista conceitual. “Também faremos análise dos depósitos de patentes efetuados no setor de fitoterápicos após a edição da Medida Provisória nº 2.052/2000 (atualmente nº 2.186-16, de 2001), que passou a exigir a informação da origem do material genético nos pedidos de patentes que envolvem o acesso ao patrimônio genético existente no País”, informa o pesquisador.



“Os problemas na esfera regulatória se resumem ao excesso de petições referentes a alterações pós-registro para medicamentos fitoterápicos por parte das empresas, o que deverá ser melhorado com a publicação da nova norma de pós-registro advinda da CP 14/2010.”

Robelma Marques

Celso Lage não desconhece, obviamente, o atual impasse entre a regulação do acesso à biodiversidade e as diretrizes do PNPMF, mas acredita que ele será solucionado a contento. “É com investimento em pesquisa que vamos combater a biopirataria. Se o nosso projeto nortear decisões políticas que permitam às nossas indústrias, que já demonstraram a competência necessária, pesquisar e desenvolver produtos da biodiversidade nativa, agregando valor aos nossos recursos naturais, teremos sem dúvida grandes benefícios para toda a sociedade. Se paralelamente conseguirmos proteger, seja por indicação geográfica, ou marca coletiva, produtos do conhecimento de comunidades tradicionais, teremos também dado um passo fundamental para reconhecer e valorizar esse tipo de conhecimento, ajudando na sua preservação. O que tem ficado claro ao longo da execução do projeto é que nossas indústrias têm capacitação técnico-científica, bem como interesse em investir, de forma que se forem feitos os ajustes regulatórios cabíveis, o país terá muito a ganhar.”

Na visão de Robelma Marques, coordenadora de Fitoterápicos e Dinamizados (COFID) da Anvisa, os problemas na esfera regulatória se resumem ao excesso de petições referentes a alterações pós-registro para medicamentos fitoterápicos por parte das empresas, “o que deverá ser

melhorado com a publicação da nova norma de pós-registro advinda da CP 14/2010. Entendemos, também, que será necessário aumentar o controle pós-mercado, apreendendo produtos sem registro e medicamentos fitoterápicos adulterados, visto que podem colocar a saúde da população em risco”.

Para os laboratórios, mais gargalos do que incentivos

A indústria nacional de fitoterápicos contorna como pode os obstáculos que o PNPMF não logrou superar. Segundo

Vânia Rudge, gerente jurídica do Grupo Centroflora, o maior gargalo ainda é o regulatório, “apesar de importantes avanços alcançados nos últimos anos. Carecemos de isonomia regulatória em diversas áreas, que vão desde questões tributárias até acesso ao patrimônio genético. Também precisamos avançar em políticas e regulamentos que estimulem e padronizem o manejo florestal não-madeireiro e fortaleçam as políticas pró-inovação e de plantas medicinais e fitoterápicos em prol da produção nacional e dos arranjos produtivos locais. É fundamental, ainda, trabalhar em paralelo na formação e capacitação de nossos prescritores quanto às qualidades e benefícios dos fitoterápicos”.

Vânia Rudge concorda com as avaliações dos pesquisadores do setor público acerca dos obstáculos no acesso à biodiversidade. “Infelizmente a atual lei de acesso a recursos genéticos tem sido um grande entrave ao desenvolvimento de novos fitomedicamentos a partir da biodiversidade brasileira. Há notória insegurança jurídica no acesso a conhecimento tradicional associado e falta padronização nas análises e exigências do CGEN. O resultado tem sido a redução dos investimentos em P&D envolvendo a biodiversidade brasileira.

“É estratégico para o Brasil conciliar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade com a lógica de mercado, já que o aproveitamento econômico é condição essencial para se coibir, por exemplo, o desmatamento de florestas, além de ser uma grande oportunidade de geração de emprego e renda para o homem no campo.”

Vânia Rudge



Precisamos, com urgência, alterar a atual legislação de forma a se propiciar um ambiente seguro, competitivo e que atraia investimentos em novos usos e produtos a partir da biodiversidade. Neste assunto, é fundamental alinhar as ideologias às necessidades do país”.

A gerente jurídica da Centroflora acrescenta à sua avaliação um aspecto da gestão da biodiversidade que não costuma ser abordado. “Entendo que é estratégico para o Brasil conciliar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade com a lógica de mercado, já que o aproveitamento econômico é condição essencial para se coibir, por exemplo, o desmatamento de florestas, além de ser uma grande oportunidade de geração de emprego e renda para o homem no campo”.

O Grupo Centroflora tem um perfil inovador. “Ao longo de mais de 50 anos tivemos que nos reinventar várias vezes” – afirma Vânia Rudge. “A experiência trouxe a necessidade de aprimorar nosso conhecimento na identificação botânica das matérias-primas utilizadas nos processos produtivos, por isto há 30 anos desenvolvemos, em parceria com a Universidade de São Paulo, nosso primeiro padronário de plantas medicinais, envolvendo cerca de 200 espécies. Hoje temos parcerias também com institutos botânicos e herbários, tanto no depósito de exsicatas, como no depósito de subamostras de material genético. A secagem por *spray dryer* e a padronização de extratos vegetais foram marcos tecnológicos importantes”.

Em 2002, o Grupo fundou o Instituto Floravida, uma organização não-governamental sem fins econômicos, cuja missão é contribuir com a transformação socioambiental das comunidades envolvidas, promovendo a educação em defesa da vida. Segundo Vânia Rudge, esse trabalho se desdobra em projetos diversos, como desenvolvimento social de adolescentes, preservação da fauna silvestre, atendimento em saúde, segurança alimentar, geração de emprego e renda a partir da biodiversidade, todos



“O setor recentemente discutiu fortemente este tema e foram apontados como gargalos a deficiência de investimentos públicos para pesquisa e inovação; dificuldades de atender às exigências para o acesso à biodiversidade; dificuldades para cumprir exigências relativas à concessão e manutenção de registro de medicamentos fitoterápicos não descritas na legislação atual; e falta de estímulo por parte do governo à qualificação de profissionais prescritores de medicamentos fitoterápicos”

Anny Trentini

eles incluindo educação ambiental.

O Laboratório Simões, também um conhecido produtor de fitoterápicos, tem seguido a estratégia de concentrar-se em produtos já consagrados, alguns deles genéricos, além de lançar-se no promissor segmento veterinário com a marca ProvetS, que já responde por 30% do seu faturamento. Segundo a vice-presidente da empresa, Poliana Silva, nos últimos anos o portfólio foi bastante reduzido, “pois tínhamos um grande número de produtos cujas fórmulas eram inéditas e o investimento seria muito alto para adequá-los à legislação vigente”.

No segmento de fitoterápicos para uso humano, o maior gargalo, segundo Poliana Silva, é o elevado investimento em P&D para se registrar um fitoterápico inovador. Já no segmento veterinário, é a falta de legislação específica do Ministério da Agricultura sobre fitoterápicos que desestimula a P&D. “O investimento se torna arriscado para a indústria, já que o processo de registro pode ser indeferido por esta deficiência. Outra dificuldade é a falta de profissionais especializados para desenvolver os testes e protocolos para segurança e eficácia dos medicamentos”.

A Herbarium também está preocupada

com os obstáculos ao desenvolvimento nacional de fitoterápicos. Segundo Anny Trentini, gerente de PD&I da empresa, “o setor recentemente discutiu fortemente este tema e foram apontados como gargalos a deficiência de investimentos públicos para pesquisa e inovação;



“Um dos grandes problemas, que normalmente ocorre na área acadêmica, é a baixa interação entre os pesquisadores das diferentes áreas”.

Victor Marin



“No Brasil, a produção de fitoterápicos pode se beneficiar de proteção intelectual por três formas distintas, direta ou indiretamente: o sistema de patentes, a proteção por cultivares e a indicação geográfica. Os três tipos de proteção podem se complementar, ‘circundando’ de todas as formas possíveis o produto das pesquisas com fitoterápicos.”

Ana Cláudia Oliveira

dificuldades de atender às exigências para o acesso à biodiversidade; dificuldades para cumprir exigências relativas à concessão e manutenção de registro de medicamentos fitoterápicos não descritas na legislação atual; e falta de estímulo por parte do governo à qualificação de profissionais prescritores de medicamentos fitoterápicos”.

Os laboratórios públicos não estão imunes aos gargalos que travam o desenvolvimento da produção de fitoterápicos no País. Benjamin Gilbert reitera a queixa sobre as dificuldades de registro. Em sua opinião, há um excesso de exigências por parte da Anvisa para validar a permanência no mercado de fitoterápicos de uso tradicional. Mas reconhece estar havendo “uma aproximação entre as possibilidades financeiras do fabricante e os requisitos da agência, que começou a reconhecer o valor do longo tempo de uso público como evidência da eficácia e segurança do medicamento”.

Para o coordenador do NGBS/Farmanguinhos, “a regulação tem que resultar de uma política implantada, e não opor barreiras à viabilização dessa política”. Villas-Bôas afirma que a implantação do PNPMF carece não apenas de um sistema de gestão adequado para a promoção da inovação a partir da biodiversidade, mas também de um esforço de articulação das ações dos gestores e participantes dos dez ministérios envolvidos, além da Anvisa, da Fiocruz e da Casa Civil. Ele propõe a criação de um fórum permanente para discutir e

desenvolver toda a cadeia produtiva do segmento de fitoterápicos, compreendendo, além da indústria, o comércio, incluindo varejo, “e uma vertente que podemos chamar de conhecimento popular, tradicional, com suas práticas. É necessário entender que quem realiza inovação é a sociedade brasileira, cabendo ao Estado prover o berço para que o projeto cresça e se desenvolva - ou seja, investimento em P&D, fomento para gestão do Programa, e finalmente a regulação”.

O trabalho do NGBS consistiu até agora em definir áreas estratégicas para dar suporte às diversas políticas do Estado brasileiro que se relacionem à inovação de medicamentos a partir da biodiversidade. O Núcleo mantém o sistema de redes em funcionamento, estruturou a Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos para referenciar, do ponto de vista botânico, químico, genético, agroecológico e geográfico, os insumos vegetais utilizados nos projetos de desenvolvimento tecnológico, melhorando a eficácia e reduzindo custos. Está estruturando diversos bancos de dados que serão abertos de forma participativa para todas as instituições que participam das redes.

Villas-Bôas está otimista com as perspectivas do NGBS. “Certo de que a habilidade no aprendizado está diretamente relacionada com a inovação, o Núcleo também estruturou cursos de pós-graduação para difundir conceitos teóricos que fundamentam as relações entre inovação,

biodiversidade e saúde; mantém um grupo de pesquisa e acabou de estruturar um curso de especialização na modalidade de Ensino à Distância a ser implantado em todo o País através das RedesFito, atendendo demandas do Programa Nacional. Lançamos também a revista Fitos, que além dos artigos científicos convencionais, terá uma seção para artigos que abordem a inovação em fitomedicamentos”.

Segundo Villas-Bôas, as RedesFito nasceram de uma intenção pactuada entre o Departamento de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, a Anvisa e o NGBS de Farmanguinhos/Fiocruz, “constituindo uma ferramenta capaz de estruturar o modelo de gestão do PNPMF no que diz respeito à inovação em medicamentos a partir da biodiversidade brasileira. Um modelo *bottom up*, regionalizado a partir dos principais biomas brasileiros, no qual as ações são conduzidas pelos diversos atores das cadeias produtivas: agricultores, cientistas e industriais. Ele assume uma visão dinâmica da inovação, tem seus principais projetos compartilhados com as agências reguladoras e as questões relativas à propriedade industrial ou intelectual pactuadas desde o início. As principais vantagens são a otimização da utilização do conhecimento e a redução drástica no custo e no tempo de desenvolvimento”.

No Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) da Fiocruz, a preocupação central é o fomento à pesquisa. Segundo seu coordenador, professor Víctor Marín, “os cientistas brasileiros são altamente competentes em diferentes áreas, tais como botânica, farmacologia, química e agronomia, entre outras. Um dos grandes problemas, que normalmente ocorre na área acadêmica, é a baixa interação entre os pesquisadores das diferentes áreas”. Para facilitar essa interação, ele sugere que as universidades passem a oferecer disciplinas sobre plantas medicinais e fitoterápicos para alunos da graduação e pós-graduação em medicina, farmácia, enfermagem, nutrição, entre outras. E para estimular o desenvolvimento tecnológico, Marín entende que seria útil os órgãos de fomento abrirem editais específicos para financiamento de pesquisas na área dos fitoterápicos e plantas medicinais.

Os desafios da política industrial

Nelson Brasil de Oliveira e Marcos Henrique Oliveira
vice-presidentes da ABIFINA

É quase consensual a noção de que o maior desafio para uma política de desenvolvimento industrial no Brasil de nossos dias é a profunda distorção nos dois preços básicos da economia - a taxa de juros e o câmbio - em relação aos nossos principais concorrentes no exterior. Com o real extremamente sobrevalorizado em relação ao dólar é muito difícil, senão impossível, estancar o fluxo de importações de produtos industrializados. O reflexo disso é a rápida deterioração da balança comercial do setor de transformação observada nos últimos anos, sobretudo nas cadeias produtivas de maior densidade tecnológica e maior valor agregado. O déficit do setor de transformação no primeiro semestre de 2011 atingiu nada menos que 21 bilhões de dólares, uma expansão de cerca de 50% sobre o mesmo período do ano anterior. Para alcançar ganhos de produtividade capazes de superar a barreira da defasagem cambial seria necessário investir pesadamente, iniciativa que na atual conjuntura esbarra na taxa de juros efetiva mais alta do mundo.

A despeito disso, o governo vem, desde 2004, através do lançamento de sucessivas políticas de desenvolvimento industrial, procurando oferecer condições de melhor competitividade à indústria local. Da análise do conteúdo destas políticas e de seu desdobramento prático evidencia-se que o maior desafio a enfrentar é a falta de eficácia na sua implantação, decorrente basicamente da falta de sinergia entre as diversas instâncias governamentais envolvidas. O desenvolvimento de uma empresa, de uma região ou de uma nação é um processo que requer o engajamento de uma ampla variedade de agentes econômicos e que, para ter sucesso no caso de um país, demanda uma política de desenvolvimento incondicionalmente seguida por todas as instâncias de governo, trabalhando sinergicamente com o mesmo objetivo.

São bem conhecidos os mecanismos clássicos de apoio ao desenvolvimento: subvenção econômica aos investimentos de maior risco, crédito subsidiado, isenções fiscais, proteções tarifárias, exigências de conteúdo local, preferências em compras governamentais e estabelecimento de um marco regulatório adequado. Desde 2004, com o lançamento da PITCE, o governo vem lançando mão destes mecanismos, primeiro com a Lei da Inovação, que criou a subvenção econômica; depois com a Lei do Bem, que instituiu incentivos fiscais no Imposto de Renda para firmas

inovadoras; e posteriormente com a Lei 12.349/2010, já no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo, que criou preferência para produtos locais nas compras governamentais.

Essas iniciativas não chegaram a produzir os efeitos que delas se esperavam, pela timidez com que foram instituídas e, muito especialmente, pela falta de articulação em sua execução. A subvenção econômica foi aplicada com exagerada limitação e concentrou-se mais em invenções do que em inovações propriamente ditas, privilegiando a pesquisa acadêmica em detrimento do desenvolvimento tecnológico realizado pela indústria. Os incentivos fiscais foram severamente restringidos pela regulamentação da Receita Federal, atingindo apenas as grandes empresas que declaram pelo lucro real e deixando de fora as que declaram pelo lucro presumido - mais de 90% do total das empresas, formando um contingente expressivo no processo de inovação. A lei 12.439/2010, que institui a preferência local em compras governamentais, embora anunciada no âmbito do Plano Brasil Maior lançado pela presidenta Dilma Rousseff, ainda não teve sua regulamentação concluída. A diretriz nesse sentido que já havia sido formulada pelo Ministério da Saúde em 2008, através de Portarias que determinavam preferência para a indústria local nas compras governamentais de fármacos e

medicamentos, foi solenemente ignorada pelos laboratórios estatais, com exceção de Farmanguinhos, que é diretamente vinculado ao referido ministério. Os demais continuaram a fazer suas aquisições exclusivamente com base no menor preço oferecido em licitações internacionais procedidas sem isonomia tributária nem nos critérios de qualidade.

No campo regulatório, o panorama é o mesmo. O Brasil parece ter esquecido a lição histórica de que a regulação sucede ao desenvolvimento, e não o contrário. Todos os países hoje desenvolvidos alcançaram este estágio num ambiente regulatório muito mais flexível do que aquele estamos tentando estabelecer, por exemplo, na regulação de produtos biológicos. O acesso à biodiversidade por parte das empresas brasileiras vem sendo dificultado pela regulamentação miope e a burocracia da CNTBio. A atuação do INPI segue inteiramente desvinculada dos propósitos da política de desenvolvimento, chegando ao cúmulo de esse órgão desconhecer uma resolução emanada do Grupo Interministerial de Propriedade Industrial - GIPI, criado exatamente para orientar sua atuação.

Há aspectos muito positivos nas recentes medidas do programa Brasil Maior que merecem uma análise mais detalhada, mas colocar todas as instâncias do governo vibrando num mesmo diapasão permanece sendo, indiscutivelmente, o maior desafio a

A Biodiversidade para o desenvolvimento do Brasil

Grupo Centroflora impulsiona crescimento econômico e social, a partir do uso de extratos vegetais brasileiros, com preservação ambiental, geração de renda e criação de tecnologia

A última reunião do Comitê de Fitoterápicos da ABIFINA, realizada em agosto, proporcionou aos representantes da indústria a oportunidade de verem, ao vivo, como anda o progresso tecnológico do setor. O encontro foi realizado na sede do Grupo Centroflora, em Botucatu, a 230 quilômetros de São Paulo – uma extensa área verde que conta com horta orgânica, jardim medicinal e instalações industriais altamente equipadas para a produção de extratos naturais. Nesse espaço que une tradição e modernidade em processos produtivos, a equipe técnica da ABIFINA e de suas associadas atestou: é possível, sim, fazer produtos

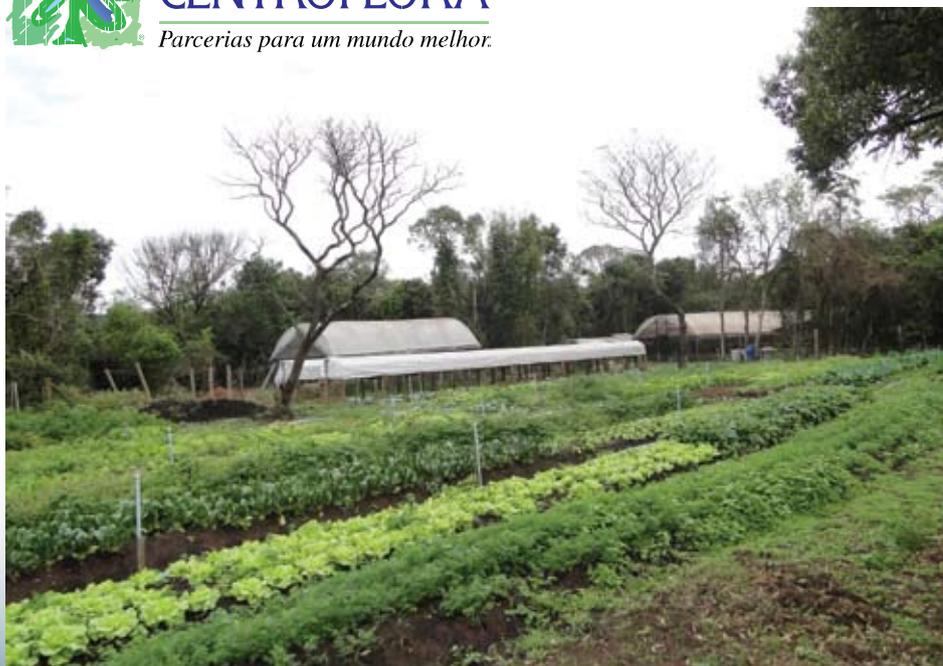
baseados na biodiversidade brasileira com sustentabilidade. A experiência deu fôlego extra aos profissionais engajados na luta pela regulamentação e registro de fitoterápicos. “Se com toda a insegurança jurídica que assola o setor a Centroflora consegue desenvolver um trabalho ético, com tecnologia de ponta, um ambiente normativo favorável provocaria uma verdadeira revolução na indústria nacional”, avalia a assessora de fitoterápicos e propriedade industrial da ABIFINA, Ana Claudia Oliveira, que contou para a Facto os exemplos positivos que a Centroflora apresenta para o mercado.

Líder sul-americano na produção e no desenvolvimento de extratos vegetais padronizados, o Grupo Centroflora se destaca como o grande player no mercado nacional e internacional por conciliar sustentabilidade ambiental, social e econômica em seu trabalho. Mais que isso: transfere esses valores para as cadeias produtivas às quais está ligado. Essa meta vem sendo alcançada por meio do estabelecimento de parcerias. De um lado, clientes das indústrias farmacêutica, cosmética e alimentícia garantem a demanda. De outro, pequenas comunidades de produtores agrícolas fornecem matérias-primas naturais, gerando renda por meio do cultivo de plantas e do manejo de espécies nativas que dão base para a fabricação de produtos nacionais. É assim que a Centroflora contribui para o mercado aproveitar, com responsabilidade, o máximo da rica biodiversidade brasileira.



**GRUPO
CENTROFLORA**

Parcerias para um mundo melhor.



Fundada em 1957, na cidade de São Paulo, pelos empreendedores André Napoleão e Antônio Soares Filho, a Centroflora conseguiu estabelecer relações duradouras com clientes no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, sustentada por representantes comerciais em todo o mundo. O grande diferencial que o Grupo oferece para as empresas é o acesso facilitado a uma ampla rede de agricultores no Brasil, que produzem as mais variadas espécies vegetais. Se o cliente fosse buscar esses fornecedores por conta própria, levaria meses até encontrá-los – e se conseguisse fazer isso. “Temos *know how* para montar a cadeia de suprimentos

completa para um novo produto”, explica Vânia Rudge, gerente de Sustentabilidade da Centroflora.

Para o atendimento às indústrias, o primeiro passo é a análise da planta de interesse. Questões como adaptação às condições ambientais, existência de produtores locais, técnica de cultivo utilizada e onde é possível se conseguir sementes vão determinar a escolha dos produtores parceiros. “A espécie a ser fornecida é determinante para o raciocínio que vamos desenvolver. Dependendo da planta, sabemos onde ela é tradicionalmente cultivada e vamos buscá-la na região. É um processo contínuo de melhoria, em que buscamos aproximação cada vez maior com nossa rede de agricultores fornecedores”, conta Vânia.

Qualidade sintetiza o resultado do modelo de negócio da Centroflora. Sabendo exatamente de onde vêm e como são produzidas as matérias-primas, o Grupo assegura sua rastreabilidade. Isso se traduz na manutenção do perfil fitoquímico das plantas em uma melhor reprodutibilidade dos extratos. Em outras palavras, a planta preserva as mesmas propriedades, seja ela produzida em São Paulo ou no Piauí.

Atuação em rede

Com o conceito de garantir o padrão de qualidade para os insumos naturais e obter os melhores ganhos para todos os elos da cadeia produtiva, a Centroflora criou

o programa “Parcerias para um Mundo Melhor”. Por meio dele, o Grupo dispõe de polos de produção agrícola cadastrados em todo o Brasil, aos quais dá preferência em seus trabalhos. Três mil famílias são beneficiadas. O Grupo certifica os extratos produzidos com o selo de garantia que leva o mesmo nome do programa e atesta a origem, rastreabilidade e sustentabilidade do insumo vegetal para ser usado na fabricação de fitoterápicos, cosméticos, produtos de higiene pessoal, entre outros. A iniciativa tem abrangência mundial, possibilitando a milhares de consumidores a compra de produtos naturais seguros, eficazes, que não prejudicam o meio ambiente e melhoram a qualidade de vida das populações locais.

A seleção de potenciais fornecedores de plantas medicinais é feita constantemente em comunidades rurais, associações, cooperativas e pequenos produtores. Para o início de cada parceria é firmado um contrato entre a Centroflora e o cliente, e outro entre o Grupo e o agricultor. Por meio de seu departamento de Botânica e Sustentabilidade, a Centroflora garante a compra de safras planejadas e a transferência de tecnologia necessária para o campo.

Quando nenhum dos produtores cadastrados têm condições de atender à demanda, a empresa prospecta novos parceiros no mercado. Mais recentemente, o Grupo começou a experimentar com mais vigor outra opção – o manejo ambiental, em que as espécies são coletadas da natureza ou plantadas sem interferência no meio ambiente.

“Temos visto a técnica com bons olhos, pois é uma boa forma de conservar a biodiversidade, de manter a floresta em pé. O manejo está em nossa estratégia e o aplicamos sempre que for viável comercial, ambiental e socialmente”, diz Vânia.

As espécies selecionadas para cultivo pelo parceiro passam por acompanhamento de perto pela equipe da Centroflora, que faz análises botânica, agrônômica e de viabilidade. O programa “Parcerias para um Mundo Melhor” tem ainda relação com outras ações da Centroflora. Um percentual do faturamento do produto final é acordado com o cliente para ser aplicado em projetos socioambientais. Parte vai para o Instituto Floravida, organização sem fins lucrativos criada e mantida pelo Grupo Centroflora para fomentar ações em favor do desenvolvimento sustentável das comunidades e lugares onde atua.

“O projeto “Parcerias Para Um Mundo Melhor” garante a compra das safras encomendadas a preço justo, além de viabilizar a agricultura orgânica com qualidade, a preservação da mata nativa, a distribuição de renda, o desenvolvimento tecnológico e as visitas técnicas periódicas aos produtores”, ressalta o diretor científico da Centroflora, Ricardo Dias.

Processo produtivo

Depois da colheita e secagem das plantas, a Centroflora analisa o material e comprova a qualidade. Em seguida, faz





a extração das substâncias ativas, por meio de solventes seguros e recicláveis, como água, etanol e glicerina vegetal. Os extratos são, então, concentrados e secos, a partir de tecnologias que garantem a integridade do princípio ativo e excipientes sem manipulação genética.

Há uma lista de casos de sucesso a partir das parcerias firmadas. Usando a erva baleeira, a Centroflora criou

O Grupo se diferencia no mercado por viabilizar a inovação junto com o cliente

com o laboratório Aché o primeiro fitomedicamento ético desenvolvido e produzido no Brasil, o Acheflan. O jambu deu origem ao cosmético para tratamento anti-sinais Chronos Spilol, da Natura. Isso apenas para citar alguns exemplos.

Como parte da estratégia para

garantir o fornecimento em caso de problemas climáticos, infestações de pragas ou outros problemas nas lavouras, o Grupo Centroflora mantém duas fazendas próprias, onde também testa as condições de produção. A Anidro do Brasil Desidratação, empresa de serviços do Grupo Centroflora, responde pelo atendimento às indústrias alimentícia, farmacêutica e de suplementos dietéticos em suas crescentes necessidades de ingredientes naturais desidratados. Já a Vegeflora é a farmoquímica do Grupo e fica localizada na cidade de Parnaíba, no Piauí, onde funciona o projeto Tabuleiros, com a produção de vários hectares de acelora, jambu, jaborandi, coco e cordia. Toda matéria-prima processada na Vegeflora se baseia no cultivo de manejo sustentável.

A Anidro abriga a sede do Grupo – uma área remanescente de serrado que dispõe de espaços para experimentação agrícola. A área florestal inclui horta orgânica, jardim medicinal com o cultivo orgânico de mais de 300 espécies de plantas, o Instituto Floravida, e o Projeto Centrofauna, que promove a reabilitação de animais

silvestres. Além disso, a unidade conta com as instalações industriais altamente equipadas, com capacidade para processar até 600 toneladas por mês de plantas desidratadas.

A sede dispõe de infraestrutura e tecnologia para a secagem de extratos fluidos e de polpas vegetais, sem degradação dos princípios ativos ou perda das propriedades nutricionais. A empresa tem capacidade para desidratar 100 toneladas de pó por mês e está equipada com tanques de preparo de soluções, pasteurizador de placas, homogeneizador de alta pressão e dois equipamentos para secagem em spray. Com um rigoroso programa

“O projeto “Parcerias Para Um Mundo Melhor” garante a compra das safras a preço justo, viabiliza a agricultura orgânica, preserva a mata nativa e promove o desenvolvimento tecnológico”
Ricardo Dias, diretor científico da Centroflora

de qualificação de fornecedores, além de controles físico-químico e microbiológico de matérias-primas e produtos acabados, a Anidro garante a qualidade de seus produtos.

Na planta da Anidro em Botucatu, o Grupo Centroflora pratica dentro de casa a sustentabilidade que recomenda para o mercado. A partir de um sistema de coleta, a água das chuvas é reaproveitada para o resfriamento do telhado, levando à redução no uso do ar-condicionado. A empresa também faz a compostagem dos resíduos vegetais e doa o material para os

agricultores usarem na fertilização das lavouras. “Apostamos no ciclo fechado de produção”, reforça Vânia.

Inovação

A Centroflora foi pioneira no desenvolvimento do processo de secagem por atomização dos extratos destinados à indústria farmacêutica. Até então, o mercado brasileiro conhecia apenas extratos líquidos e moles, que eram transformados em comprimidos após um difícil processamento tecnológico. A inovação, uma ruptura de paradigma no setor farmacêutico, projetou o grupo nacionalmente e contribuiu para firmar sua posição de liderança. Em 2010, a Centroflora produziu 1,5 mil toneladas de extratos líquidos e 3 mil toneladas de extratos secos.

O Grupo se diferencia no mercado por viabilizar a inovação junto com o cliente. Em um setor com muito estudo ainda por ser feito e desafios regulatórios que ameaçam as pesquisas – e que estão longe de serem sanados –, a Centroflora desenhou uma estrutura completa para atender os clientes desde o primeiro desenvolvimento. O Departamento de Inovação oferece suporte para a criação de novos extratos botânicos, baseado no suprimento de matéria-prima sustentável, na inovação do extrato, no amparo legal e no atendimento técnico-comercial especializado.

Os projetos gerenciados pelo Departamento de Inovação usam tanto plantas nativas como exóticas adaptadas, quase sempre envolvendo inovação e patentes. São extratos de caráter proprietário que geram novos produtos, baseados em estudos clínicos para medicamentos, cosméticos ou nutracêuticos. Para isso, a Centroflora também forma parcerias com universidades, institutos de pesquisas ou até outras empresas. A gestão dos projetos proprietários faz parte do

trabalho, com suporte desde a concepção da ideia até o fim do desenvolvimento do produto.

“Muitas vezes, a planta é o gargalo para a produção industrial. Ela pode não ter sido ainda cultivada em área agrícola, por exemplo. Então, fazemos pesquisa e desenvolvimento agrícola e de botânica, descobrindo como se reproduz a espécie no campo, se ela tem ativos de interesse, como as mudas se multiplicam. No mercado farmacêutico, este não é um serviço comum”, aponta a gerente de Sustentabilidade da Centroflora. “Em paralelo a essa atividade, damos suporte relativo aos extratos na área industrial. Ajudamos o cliente, pois conhecemos as técnicas de extração para obter os ativos de interesse”, completa.

Garantias para o mercado

Estar alinhada aos padrões internacionais de produção também faz parte da estratégia da Centroflora, em

uma política que estabelece confiança ainda maior para o serviço prestado ao mercado. A empresa segue as Boas Práticas de Fabricação e está em consonância com as normas ISO 9001 – de gestão da qualidade – e ISO 22000 – de gestão da segurança alimentar. Também possui certificação Kosher – que atesta que o alimento foi feito de acordo com as leis alimentares judaicas, abrindo as portas da Centroflora para este nicho de mercado.

As atividades do Grupo estão, ainda, certificadas pelo Instituto Biodinâmico (IBD), credenciado pelo International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), que garante o processamento de extratos 100% orgânicos. Na mesma linha, a Centroflora conta com as certificações USDA e Ecocert. A Vegeflora, especificamente, tem um controle a mais: passa por inspeções regulares da Food and Drug Administration (FDA), agência norte-americana para o controle de alimentos e medicamentos.



Reunião traça panorama do setor de fitoterápicos

Durante a última reunião do Comitê de Fitoterápicos da Abifina, na sede da Centroflora, Kátia Torres, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, apresentou as perspectivas para o exercício 2011-2012 no que toca as regulamentações para o segmento. Ela fez um relato sobre a instalação da Comissão Técnica e Multidisciplinar de Elaboração e Atualização da Relação Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (Comafito), além da perspectiva de publicação do decreto que regulamenta o uso de medicamentos fito pelo SUS. Segundo ela, o governo ainda não sabe exatamente como encaminhará a questão, mas é provável a opção por listas de medicamentos que possam ser disponibilizados pelo Sistema.

Kátia explicou que o ministério pretende trabalhar em três dimensões para impulsionar o setor: regulatória, apoio aos arranjos produtivos locais do Complexo Industrial da Saúde e o mercado público.

Ana Cecília Bezerra, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), fez o balanço de cinco anos do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Segundo ela, as normas para o registro de fitoterápicos foram quase todas modificadas desde então. Ana destacou como principal novidade o reconhecimento da existência de drogas vegetais. Fungos e algas também passaram a ser registrados e foram atualizados na lista de SE. Além disso, agora existe um guia de estudos não clínicos de medicamentos do setor, disponível no site da Anvisa.

Ana Cecília explicou que ocorreram mudanças ainda no controle de qualidade e nos testes de quantificação e associações. Mas ponderou: "No Brasil, estamos com as normas de comercialização bem definidas, porém o que está registrado é muito pouco perto do uso do conhecimento



tradicional. Assim, não adianta termos um mercado super registrado, sem cuidar dessa área tradicional”.

Maria Célia, representando a Centroflora, mostrou o cenário e as perspectivas da área de fitoterápicos no Brasil. Ricardo Dias, também da empresa, mostrou detalhes de proposta sobre a formação de parceria público-privada para fornecimento de fitoterápicos para o SUS. Para o presidente da Centroflora, Peter Andersen, os interlocutores capazes de mudar a mentalidade atual no campo dos fitoterápicos estavam presentes na reunião, se dispondo a articular o futuro do setor.

Participaram do encontro Aloizio Lino, Carla Fontana, Deise Tanaka, Eliane Bufaino, Marcelo Telasvea, Maria Célia Reimberg, Raquel Silveira, Ricardo Dias, Vânia Rudge e Vera Roife (Centroflora); Helena Ferreira (Ministério da Saúde); David Tabak, Glauco Villas Bôas, Patrícia Teixeira e Thiago Monteiro (Farmanguinhos); Anny Trentini (Herbarium); Avaniel Marinho (Hebron); Esther Bastos (Fundação Ezequiel Dias); Leide Ferreira e Jorge Coelho (Instituto Vital Brazil); Lúcia Fernandes (INPI); Ricardo Casseano (Achê); Ana Cláudia Oliveira, Diva Arrepia e Fernanda Costa (ABIFINA).



Pelo resgate do jaborandi e a melhora da atividade econômica



A Centroflora mantém desde 2008 o projeto “Valorização do Jaborandi”. Também conhecido como arruda, o jaborandi é fonte da pilocarpina, substância usada na fabricação de colírios para tratamento do glaucoma. Explorada durante décadas no Norte e Nordeste do Brasil de maneira predatória, a planta entrou na lista do Ministério do Meio Ambiente das espécies ameaçadas de extinção. Por isso, o Grupo articulou com outras instituições uma proposta de melhoria da cadeia de suprimentos para obter as folhas de jaborandi por manejo das florestas nativas, promovendo conservação ambiental e inclusão social.

O projeto é realizado pela farmoquímica do Grupo, a Vegeflora, em parceria com

a GTZ e o Instituto Floravida, além do apoio institucional da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí (Semar), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Crédito Fundiário e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). As ações são implantadas no Piauí e no Maranhão, onde a Boehringer Ingelheim apoia a ampliação da iniciativa.

O projeto “Valorização do Jaborandi” beneficia cerca de 1.500 agricultores familiares e 20 pequenos e médios proprietários de terras. Em 2009 e 2010, foram coletadas 150 toneladas de folhas e movimentados mais de R\$ 720 mil no Território dos Cocais do Piauí. A coleta do jaborandi é responsável por 20% da renda dos colhedores da região e se consolidou como importante estratégia de sobrevivência. Em 2010, por exemplo, garantiu o sustento de famílias atingidas pela seca intensa que levou à perda da produção de boa parte das lavouras dos agroextrativistas.



A metodologia do projeto engloba o diagnóstico da região, a organização da base extrativista, a elaboração de planos de manejo, a capacitação e conscientização dos atores envolvidos na cadeia produtiva. Na ponta do processo, a Centroflora cuida do monitoramento e da melhoria contínua das atividades.

O Grupo verificou que, para 63% dos colhedores, a introdução da prática de corte com poda permitiu o crescimento mais rápido do jaborandi. Outro dado importante é que 35% dos extrativistas mencionaram a preocupação com a preservação ambiental, comprovando o impacto do projeto na consciência da comunidade local.



Preservação ambiental é substrato para novos negócios

Peter Andersen

Cinquenta anos é muita história para contar. Que o diga a fabricante de extratos vegetais Centroflora, que acompanhou as transformações da sociedade brasileira no que toca a produção associada à biodiversidade. A empresa cresceu criando soluções para demandas socioambientais no Brasil, proporcionando à indústria condições de produção, ao mesmo tempo em que favorece o desenvolvimento econômico do campo e preserva o meio ambiente. O presidente do Grupo Centroflora, Peter Andersen, faz parte dessa empreitada desde os anos 80, quando sua família adquiriu parte do negócio. Hoje sua detentora exclusiva planeja expandir as atividades. Andersen relembra, na entrevista a seguir, os momentos cruciais para a consolidação do Grupo e revela os planos para o futuro.



Quais foram os fatos marcantes na história do Grupo Centroflora?

A Centroflora foi fundada em 1957 e nossa família entrou para o negócio nos idos dos anos 80. Por toda sua existência, vivenciamos diversas fases e enfrentamos muitos desafios. Sempre atentos às tendências, buscamos, dentro de nossa realidade, estar à frente do mercado. A disponibilização de extratos vegetais na forma seca é um marco importante em nossa história. Isso nos levou a incorporar ao nosso portfólio uma unidade destinada exclusivamente à desidratação de produtos por *spray dryer*. Depois, com a entrada de um acionista estrangeiro, viabilizamos a expansão de nossos negócios e, mais uma vez atentos às tendências mercadológicas, sediamos nossa empresa em uma área rural, inserida em remanescente de cerrado.

Foi nessa mesma época, no início dos anos 2000, que tomamos a decisão de alinhar nosso negócio às tendências

de responsabilidade ambiental e social. Em 2002, fundamos o Instituto Floravida, uma organização sem fins econômicos que realiza diversos projetos socioambientais. Já em 2003, adquirimos nossa unidade de processamento de pilocarpina e áreas agrícolas nos tabuleiros litorâneos do Piauí. No final de 2010, a holding da família readquiriu a totalidade das ações do Grupo Centroflora. Há alguns anos, estamos em contínuo processo de profissionalização da empresa, o que tem se refletido em nosso exponencial crescimento. Neste momento, estamos estruturando uma provável expansão no Nordeste, focando em nossas áreas agrícolas dos tabuleiros e na nova Zona de Processamento de Exportações (ZPE) do estado do Piauí, além de diversos projetos de inovação, em parceria com clientes que estão em nosso portfólio, para lançamento nos próximos anos.

O que o Grupo Centroflora faz para alcançar sua missão de fornecer produtos e serviços com qualidade assegurada e sustentabilidade?

São diversas as estratégias elaboradas para alcançar nossa missão. Trabalhamos para ampliar nosso percentual de rastreabilidade de matéria-prima vegetal usada na fabricação dos extratos. Também é parte do nosso alicerce o investimento contínuo na atualização profissional de nosso corpo técnico e em equipamentos, além dos controles inerentes ao sistema de gestão de qualidade em padrão farmacêutico. Talvez outro alicerce seja a forma como fazemos negócio. Acreditamos que qualquer atividade, para ter sucesso, precisa levar benefícios para todos os atores envolvidos.

Como funciona o programa “Parcerias para um mundo melhor?”

Criamos o programa com o objetivo de aproximar todos os elos da cadeia produtiva dentro de um conceito de parceria, ou seja, de relações em que prevalece o ganha-ganha. Engajamos nossos clientes, visando disponibilizar um produto melhor ao consumidor final. É pelo Parcerias que viabilizamos o fornecimento

de matéria-prima vegetal em escala industrial, com rastreabilidade, livres de resíduos tóxicos e de manipulação genética. Assim, nossos cultivos seguem os preceitos orgânicos, preferencialmente com pequenos agricultores, fomentando o desenvolvimento local e o biocomércio ético. Também acreditamos que é desta forma que podemos promover a conservação da biodiversidade, que é, para a Centroflora, substrato de novos negócios.

Que produtos já foram lançados a partir do programa?

Podemos citar alguns casos de sucesso, como a cadeia de suprimentos da cordia, utilizada no medicamento Acheflan, e da *passiflora incarnata*, do Sintocalm. Estessão alguns casos de produção agrícola. Como exemplos de nossa atuação em projetos de manejo florestal não madeireiro, temos o jaborandi, que dá origem à pilocarpina, o mate, o barbatimão, entre outros.

A Centroflora conta também com o projeto Tabuleiros. No que consiste esta iniciativa?

É um projeto governamental que visa o desenvolvimento da região, no Piauí, por meio da agricultura por irrigação, com área total de aproximadamente seis mil hectares. Os tabuleiros estão sediados na cidade litorânea de Parnaíba. São áreas com grandes canais abertos de irrigação, que levam água do Rio Parnaíba para os agricultores do semi-árido piauiense. Foi o lugar que o Grupo Centroflora escolheu para desenvolver sua área de cultivo própria. Atualmente estamos em franca expansão desta divisão do negócio. Já temos cultivado em nossas áreas acerola orgânica, jaborandi, jambu e cordia. Lá o ambiente é extremamente favorável à produção de frutas. Nossos planos visam ampliar as áreas de produção própria e com parceiros, inclusive aumentando o número de produtos, com destaque especial para as frutas orgânicas, entre

elas abacaxi, caju, manga, goiaba, maracujá e frutas cítricas, usando nosso já consagrado modelo de parcerias que privilegia a inserção dos agricultores e respeita a vocação regional.

Qual é o trabalho socioambiental realizado pelo Instituto Floravida em Botucatu, no estado de São Paulo, e em Parnaíba?

“Trabalhamos para ampliar nosso percentual de rastreabilidade de matéria-prima vegetal usada na fabricação dos extratos”

De forma geral, os projetos nasceram da demanda existente nas comunidades do entorno de nossas unidades fabris. O objetivo primário na época da fundação do Floravida era justamente propiciar a interação da empresa com a comunidade onde estava inserida. Desta forma, criamos projetos que atuam desde o atendimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade, passando pela educação ambiental e centro de triagem de animal silvestre, até a manutenção de um posto de saúde. Conforme amadurecemos nosso conhecimento sobre a forma de atuação do terceiro setor, o Floravida passou a ter na educação ambiental seu foco de atuação nos mais variados projetos. Neste contínuo processo de aprendizado, mais recentemente, o Floravida incorporou em sua atividade o engajamento com as comunidades fornecedoras de matéria-prima vegetal do Grupo Centroflora. Hoje temos claro que o Floravida está apto a nos auxiliar nas questões vinculadas à repartição de benefícios e a fortalecer,

sob a ótica do terceiros setor, nossa atuação na viabilização das mais diversas cadeias de suprimentos de matéria-prima vegetal.

Como o Departamento de Inovação, que é diretamente ligado ao sucesso do Grupo, atua nas atividades da empresa?

Desde 2005, observando as demanda de mercado e visando melhor atender nossos clientes, criamos uma divisão focada na viabilização de novos produtos fitos. São projetos que envolvem desde o campo até a indústria. Temos atuado junto com nossos clientes nos desenvolvimentos deles, evitando retrabalhos e maximizando as chances de êxito. Na área agrícola, nosso desafio é viabilizar o cultivo ou o manejo florestal, muitas vezes de espécies pouco estudadas. Já na parte fabril, podemos atuar desde a determinação da melhor rota extrativa em bancada, transpondo-a para escalas piloto e industrial.

A Centroflora apoia o cliente em questões de acesso ao patrimônio genético relacionadas à fase de pesquisa e desenvolvimento?

Visto a restritiva regulamentação em biodiversidade e a relevância da propriedade intelectual em nosso negócio, compomos um time multidisciplinar para agregar conhecimentos jurídicos que acompanham todo o processo de desenvolvimento. Assim, muitas vezes auxiliamos os clientes no entendimento da complexa legislação de acesso a recursos genéticos e conhecimento tradicional associado. Para nós, está claro que a carteira de projetos da área de inovação garante a perpetuação de nosso crescimento e um futuro promissor.

ABIFINA comenta a notícia

Índices de inovação e contratação determinarão preferência em compras

O Globo, 04/08/11



disposição de lutar pelo irrestrito reconhecimento e comercialização dos medicamentos genéricos no mercado internacional.

Falta de produto coloca em risco operação das refinarias

Valor Econômico, 28/07/11



Além da isonomia

O governo anunciou seu empenho em fazer cumprir a Lei nº 12.349, sancionada no ano passado, que prevê margens de preferência de até 25% nas licitações públicas para produtos fabricados no Brasil com conteúdo tecnológico nacional. Este é um instrumento cuja significação deve ser apreendida com o máximo cuidado, pois a dita margem de preferência não se destina a criar isonomia entre propostas. Na realidade, a isonomia constitucional tão decantada pelos tributaristas hoje não existe na prática, e precisa ser aplicada antes da margem de preferência. A Lei de Licitações considera, para efeito de comparação de preços, produtos importados a custos marginais (desprovidos de tributos na origem), subsidiados na origem pelo exportador e internalizados no País sem controle de qualidade. Enquanto isso, no setor de fármacos e medicamentos, por exemplo, pesam sobre o produto nacional uma notoriamente elevada carga tributária e rigorosos controles sanitários. O que a indústria nacional necessita para competir é, em primeiro lugar, isonomia tributária e de qualidade e, em seguida, o benefício da margem de preferência. Somente assim o produtor será realmente incentivado a inovar e fabricar no País, criando emprego e renda locais.

Perigo anunciado

A imprensa abriu espaço para um alerta da Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC), única fabricante no Brasil de catalisadores para craqueamento de petróleo, sobre o perigo de desabastecimento de óxido de lantânio, matéria-prima indispensável à fabricação de catalisadores para produção de gasolina. Esta e outras matérias-primas caracterizadas como “terras-raras” estão sendo drenadas do mercado internacional pela China, que hoje prefere processá-las e vender produtos com maior valor agregado. O Brasil dispõe de recursos minerais expressivos, inclusive terras-raras. Após a abertura comercial dos anos 90, quando estas e outras riquezas nacionais foram dilapidadas em decorrência do abandono das políticas desenvolvimentistas, perdemos o poder de influir nos preços e na garantia de abastecimento, que a essa altura estão fora do nosso controle. Não adianta chorar sobre o leite derramado: só nos resta recomeçar do zero para tentar restabelecer a segurança das cadeias produtivas que ficaram comprometidas com a falta de insumos estratégicos.

Índia e UE fazem acordo sobre genéricos

O Estado de São Paulo, 29/07/11



China usa EUA para burlar regra brasileira

O Estado de São Paulo, 21/07/11



A luta continua

A imprensa noticiou que Europa e Índia chegaram a um acordo provisório para garantir que medicamentos genéricos indianos destinados ao mercado brasileiro não mais sejam retidos em portos europeus. Apreensões ocorridas indevidamente em 2009 foram respondidas com um painel aberto pela Índia com o apoio do Brasil na OMC, que agora o país asiático se compromete a abandonar se o acordo chegar a bom termo. É importante que, independentemente das compensações que a Comunidade Européia venha a oferecer à Índia para a retirada da ação na OMC, o Brasil mantenha firme a sua

Triângulo perverso

O “Estadão” anunciou ter obtido provas documentais de uma irregularidade conhecida há muito tempo no comércio exterior brasileiro, e que agora, espera-se, receberá punição à altura: a triangulação da importação de mercadorias chinesas via Porto de Los Angeles, como se fossem provenientes dos Estados Unidos, mediante a emissão de falsos certificados de origem. Causadora de enormes prejuízos ao setor produtivo e à economia brasileira de forma geral, essa prática constitui uma afronta à legislação, na medida em que evita, por meios ilícitos, o pagamento de tarifas antidumping cobradas no Brasil sobre produtos chineses.

O desmascaramento desse tipo de farsa deve ser aproveitado pelo governo brasileiro para punir de forma exemplar os responsáveis, coibindo efetivamente a competição predatória que vem causando desindustrialização no País.

Genérico não passa por novos testes para registro

Consultor Jurídico, 20/07/11



Decisão histórica

A 3ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, interpretando adequadamente o disposto no artigo 8º do Acordo TRIPS face à lei brasileira, determinou que medicamentos genéricos não necessitam passar por novos testes e pesquisas clínicas para serem registrados na Anvisa, desde que comprovem ter o mesmo princípio ativo do medicamento da marca de referência. Excelente decisão, respaldada também na Lei de Genéricos brasileira. Infelizmente sentenças nessa direção não têm sido majoritárias, pois até hoje inexistente consenso sobre o assunto na Justiça. Por desconhecimento, ou por confiarem demasiado em cenários equivocados que lhes são apresentados por multinacionais interessadas em perpetuar seus privilégios de patente, alguns juízes vinham impedindo que a Anvisa pudesse cumprir sua normal função administrativa de aferir e atestar a equivalência do medicamento genérico. Criou-se, assim, um ambiente em que interesses particulares de empresas se sobrepujam ao interesse maior da saúde pública brasileira. Mas por decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi restaurada a norma geral da Anvisa, possibilitado que os produtos farmacêuticos fabricados por associados da ABIFINA voltassem ao mercado. O ministro Felix Fischer, vice-presidente do STJ, no dia 18 de agosto, suspendeu a sentença emitida pela 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que proibia a Anvisa de conceder registro a terceiros do escitalopram, princípio ativo antidepressivo, e determinando a retirada do mercado de produtos genéricos e similares, pois a sentença da 7ª Vara também determinara a nulidade de qualquer registro sanitário já concedido.

Nova política industrial quer aumentar competitividade de produtos nacionais

Portal Brasil, 02/08/11



Só falta gestão

Mais um excelente plano de desenvolvimento industrial, composto de mecanismos clássicos de apoio ao desenvolvimento:

subvenção econômica aos investimentos de maior risco, crédito subsidiado, isenções fiscais, proteções tarifárias, exigências de conteúdo local, preferências em compras governamentais e estabelecimento de um marco regulatório adequado.

O Brasil das duas últimas décadas parece ter esquecido a lição histórica de que a regulação sucede ao desenvolvimento, e não o contrário. Todos os países hoje desenvolvidos alcançaram este estágio num ambiente regulatório muito mais flexível do que aquele estamos tentando estabelecer, por exemplo, na regulação de produtos biológicos. O acesso à biodiversidade por parte das empresas brasileiras vem sendo dificultado pela regulamentação míope e a burocracia da CNTBio. A atuação do INPI segue inteiramente desvinculada dos propósitos da política de desenvolvimento, chegando ao cúmulo de esse órgão desconhecer uma resolução emanada do Grupo Interministerial de Propriedade Industrial – GIPI, criado exatamente para orientar sua atuação. Certamente há aspectos muito positivos nas recentes medidas do plano Brasil Maior, mas colocar todas as instâncias do governo vibrando num mesmo diapasão – noutras palavras, pôr a gestão pública a serviço do Plano - permanece sendo, indiscutivelmente, o maior desafio a ser vencido.

Mais governo, menos mercado

Folha de SP, 09/08/11



O risco da roleta

Vale destacar o parágrafo final desse excelente artigo de Clóvis Rossi: “Nem os Estados Unidos nem a Europa nem ninguém conseguirá manter o AAA (cotação máxima de títulos de dívida pública) ou chegar a ele se continuar esse jogo em que os mercados, não eleitos, determinam as políticas aos líderes devidamente eleitos. Estes podem ser bons ou ruins, mas têm que prestar contas regularmente aos eleitores. Os mercados, não”. A anulação dos estados nacionais perante a figura fugidia do mercado, que nada mais é do que um cassino bancado pelo sistema financeiro internacional, onde a especulação é a única regra, tende a provocar um descontrole tamanho, com tantas perdas patrimoniais de pequenas famílias, que o mundo poderia descambar para saídas radicais com potencial destrutivo muito maior, inclusive no que diz respeito a vidas humanas. É necessário retomar o poder nacional e o diálogo entre as nações, hoje submetidas ao juízo da roleta financeira internacional.

ABIFINA defende a indústria de genéricos e similares, representada por seus associados

O ministro Felix Fischer, vice-presidente do STJ, no dia 18/08, suspendeu a sentença emitida pela 7ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal que proibia a Anvisa de conceder registro a terceiros do escitalopram, princípio ativo antidepressivo, e determinava a retirada do mercado de produtos genéricos e similares, pois a sentença também determinou a nulidade de qualquer registro sanitário já concedido. A sentença da 7ª Vara considerou que deveria ter sido aplicado o prazo de dez anos para proteção do direito de exclusividade dos dados, que só expiraria em setembro de 2012. O ministro justificou que sua decisão busca “afastar o risco de enfraquecimento da política pública dos medicamentos genéricos adotada no País, inquestionavelmente valiosa à população, sobretudo à parcela de menor poder aquisitivo”. O argumento usado pela Anvisa para obter, com sucesso, a impugnação da sentença da 7ª Vara foi que esta “conferiu equivocada interpretação ao regime jurídico de proteção a medicamentos de referência, bem como a toda a política implementada pelo Governo Federal com relação aos medicamentos genéricos, trazendo, em consequência, efeitos imediatos de grave lesão à saúde pública, assim como à ordem pública e à economia pública”.

Esse fato foi o coroamento de um longo processo de defesa do setor produtivo nacional articulado pela ABIFINA, com apoio da Pró-Genéricos e da FarmaBrasil, iniciado no dia 28/06, quando o 1º vice-presidente da entidade, Nelson Brasil, e a diretora de Relações Institucionais, Telma Salles, acompanhados por dirigentes



empresariais do setor farmacêutico vinculados à entidade e por advogados do Escritório Denis Barbosa, participaram de um encontro com o diretor adjunto da Anvisa, Luiz Klassmann, assessorado pelo gerente da GMED, Norberto Rech e pelo procurador-chefe da agência, Maximiliano de Souza. Posteriormente, em audiência concedida à ABIFINA pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, acompanhado por diretores da Anvisa, dirigentes de empresas do setor, coordenados pela diretora de Relações Institucionais da entidade, fizeram um relato da situação geral da litigiosidade envolvendo questões de propriedade intelectual, patentes e dados proprietários, que tinham por objetivo prorrogar a vigência dos períodos de cobertura patentária ou usar uma suposta proteção a dados proprietários com vistas a impedir ou protelar a entrada de produtos genéricos ou similares no mercado. Nesta audiência foi ressaltado também o caráter de má-fé nos processos que alegavam a proteção a dados proprietários para sustar a ação da Anvisa, tendo em vista a inexistência de tal proteção na lei brasileira. Foram apresentados, pela Pró-Genéricos, dados relativos aos prejuízos já causados por tais ações com a retirada de produtos legitimamente colocados no mercado nacional e a grande ameaça que a proliferação das mesmas pode causar nos programas governamentais de proteção à saúde, por fragilizar a política de acesso a medicamentos do Governo. Com a decisão do ministro, volta a vigorar o que é disposto na lei nacional, ficando resguardados os interesses da população brasileira.

Dirceu Barbano apresenta Relatório de Atividades Anvisa 2010

No dia 31/08, durante a audiência parlamentar na Comissão de Seguridade Social e Família, Odilon Costa, diretor de Assuntos Regulatórios da ABIFINA, representou a entidade assistindo à apresentação do presidente da Anvisa, Dirceu Barbano, na defesa do Relatório Anual de Atividades de 2010, aprovado por unanimidade pelos deputados. Barbano declarou que o rigor da Anvisa é reconhecido pelo setor industrial como impulsionador do avanço tecnológico, na qualidade dos produtos e no menor risco sanitário, contribuindo para aproximar a nossa indústria dos padrões internacionais, mas também reconheceu que ainda há muito a ser feito, como a melhora nos prazos para registros, a harmonização das RDCs e uma maior eficiência da Anvisa.



Conselho Administrativo da ABIFINA recebe diretor do Departamento de Fomento à Inovação do MDIC

O Conselho Administrativo da ABIFINA em conjunto com representantes do quadro social da entidade receberam, no dia 13/07, o diretor do Departamento de Fomento à Inovação do MDIC, Marcos Vinícius de Souza. Nesta oportunidade, o diretor apresentou seu plano de trabalho à frente desta Secretaria e também o andamento das discussões envolvendo a nova política industrial que se encontrava em fase de gestação pelo governo federal. O tema despertou grande interesse entre os participantes do encontro, que fizeram diversas sugestões.



ABIFINA participa do Workshop Anvisa/CNI

Luis Henrique Rahmeier, vice-presidente do segmento agroquímico da ABIFINA, representou a entidade no Workshop Anvisa/CNI, realizado no dia 01/09, em Brasília. Nesta ocasião a Anvisa recebeu a proposta de agenda da CNI para a modernização do processo regulatório em Vigilância Sanitária, resultado de um diálogo iniciado entre as duas instituições, em abril deste ano, com a participação de 28 associações setoriais e sindicatos, dentre estes a ABIFINA. Segundo Luis Rahmeier, o encontro deixou clara a preocupação da diretoria da agência em aperfeiçoar seus processos de forma a acompanhar as demandas de um país em forte crescimento econômico sem, contudo, abrir mão das garantias de segurança e qualidade dos produtos sob sua responsabilidade.

Encontro reúne ABIFINA e INPI

O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, encontrou-se no dia 18 de julho com o presidente do INPI, Jorge Ávila. O objetivo da reunião foi tratar de ações e práticas do instituto que dizem respeito aos mais relevantes interesses nacionais, e que constituem a pauta permanente de atuação da ABIFINA. Novos encontros entre as entidades foram agendados com a finalidade de gerar um conhecimento mais aprofundado sobre os objetivos perseguidos.

Especialistas nacionais e internacionais se reúnem no I Cipiagri

Aconteceu, em São Paulo, nos dias 28 e 29 de junho, o I Congresso Internacional de Propriedade Intelectual na Agricultura (Cipiagri). Realizado pela Andef, com apoio da ABPI, Asipi e Casafe, o evento trouxe especialistas do país e do exterior para debater temas como produção agrícola, inovação tecnológica e propriedade intelectual.

O Cipiagri buscou conectar a importância da propriedade intelectual para o desenvolvimento do agronegócio no mundo e destacou o papel que as empresas que investem em P&D têm nesse contexto, reivindicando revisão (com ampliação da proteção) da atual lei de propriedade industrial brasileira.

A ênfase maior do evento ficou para a apresentação sobre o tema "Data Protection" (dados proprietários), uma estratégia na qual as empresas multinacionais vêm apostando para ampliação do tempo de exclusividade de seus produtos no mercado. Sobre esse tema, cabe destacar o posicionamento público da Anvisa que entende ser necessária a regulamentação da Lei nº 10.603/2002. Participaram do evento pela ABIFINA, seu vice-presidente para a área Agro, Tarciso Bonachela e a gerente técnica, Diva Arrepia.

ABIFINA na CPhI 2011

Jean Peter, presidente da ABIFINA, esteve presente na abertura do evento, ocorrida no dia 24/08, ocasião em que Dirceu Barbano, diretor-presidente da Anvisa, realizou a primeira palestra oficial do encontro, na qual apresentou estratégias prioritárias da agência na política de medicamentos do Brasil e o comprometimento com a gestão estratégica de excelência.

No dia 25/08, Odilon Costa, diretor de Assuntos Regulatórios Farmoquímicos da ABIFINA, proferiu palestra na qual apresentou análise do impacto regulatório e sua influência no mercado de medicamentos no Brasil: atuação política setorial e militância; saúde pública x mercado. Ogari Pacheco, vice-presidente da ABIFINA, falando em nome do laboratório Cristália, fez uma palestra de grande repercussão sobre inovação na prática empresarial.



Fiesp promove palestra “Caminhos para a Internacionalização da Biotecnologia Brasileira”

A FIESP, sob a coordenação do programa COMSAÚDE, realizou no dia 11/08, em São Paulo, a palestra “Caminhos para a Internacionalização da Biotecnologia Brasileira”. A palestra foi proferida pelo presidente da BRBiotec e pelo seu diretor executivo, Eduardo Giacomazzi. O objetivo inicial foi apresentar a BRBiotec, uma associação recentemente criada que reúne empresas brasileiras atuantes em biotecnologia e se dedica a representar o setor e a lutar pelo seu desenvolvimento. O presidente, Fernando Kreutz, destacou seus objetivos de atuar na capacitação para certificação, registros e propriedade intelectual. A ABIFINA esteve representada pelo seu vice-presidente de Planejamento, Marcos Oliveira. Roberto Magalhães do IVB, Ricardo Marques e Letícia Covesi da EMS também participaram do evento.

ABIFINA participa de Workshop de Fitoterápicos

Foi realizado, em São Paulo, no dia 28/06, o Workshop Inovação no Complexo Industrial de Fitoterápicos, promovido pela Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde (Abifisa). O evento teve como objetivo promover o encontro dos representantes do Complexo Industrial de Fitoterápicos para discutir a inovação no setor e apresentar propostas para atender as Diretrizes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF). Ana Claudia Oliveira, assessora da Área de Fitoterápicos e Propriedade Intelectual da ABIFINA, participou do evento na discussão do tema “Relação entre os Atores da Cadeia Produtiva (do cultivo à farmácia)”.

ABIFINA realiza reuniões do Comitê de Fitoterápicos

Na 7ª Reunião do Comitê de Fitoterápicos, realizada no dia 19/07, foram discutidos os seguintes temas: os resultados do Workshop de Inovação no Complexo Industrial de Fitoterápicos realizado pela ABIFISA; a programação prévia da visita do Comitê ao Grupo Centroflora; e o andamento das questões relacionadas ao CGEN e à Legislação de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado.

No dia 23 de agosto, a reunião foi realizada nas instalações da associada Centroflora, localizada em Botucatu/SP. Nesta ocasião foi feita uma visita às instalações da empresa, momento no qual os participantes tiveram a oportunidade de constatar a excelência dos processos e a qualidade de produtos e serviços realizados na Centroflora. O evento mostrou que o setor de fitoterápicos está trabalhando em prol do desenvolvimento do país.



Reuniões da Câmara Temática de Insumos Agropecuários

Realizou-se no dia 27/06, em Brasília, a 54ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Insumos Agropecuários (CTIA). O Sindag apresentou as estimativas dos dados do setor de defensivos agrícolas de janeiro até abril de 2011, que registrou um aumento de 4% quando comparado com o mesmo período de 2010. Foi informada nessa ocasião, a substituição de Wilson Vaz de Araújo por Luis Rangel (CGAA) no cargo de secretário executivo da CTIA e de Ayrton Jun Ussami por Maria Auxiliadora Domingues. A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, representou a entidade nessa oportunidade.

No dia 15/08, a 55ª reunião da CTIA contou com a expressiva participação de vários de seus membros. A pauta da reunião cobriu temas como: apresentação sobre as atividades desenvolvidas pela Frente Parlamentar da Agropecuária; registro por equivalência, apresentado pela gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia; tendências de produção e propostas de eixos estratégicos.



Foto: André Telles



Dirceu Barbo é reconduzido ao cargo de diretor presidente da Anvisa

Na manhã do dia 14/09, em votação secreta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ocorrida na reunião extraordinária realizada no Senado Federal, o farmacêutico Dirceu Brás Aparecido Barbo foi reconduzido por unanimidade ao cargo de diretor presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em mandato representado por mais três anos. A ABIFINA esteve presente nessa ocasião representada pela sua diretora de Relações Institucionais, Telma Salles, bem como pelos senhores Ogari Pacheco e Odilon Costa, respectivamente vice-presidente e diretor de assuntos regulatórios da área Farmo da entidade. Márcia Martini Bueno e Athayde Junior, da Libbs Farmacêutica, também prestigiaram a sabatina.

Crop World South America discute setor do agronegócio

Com o apoio de entidades do setor produtivo de defensivos agrícolas, dentre elas a ABIFINA, realizou-se nos dias 4 e 5 de julho, em São Paulo, a segunda edição da conferência internacional Crop World South America.

No dia 4, o evento abordou temas como: Perspectivas para a produção agrícola; Regulação de defensivos e alternativas para registro; Oportunidades de exportação; Gargalos de escoamento; Comércio exterior; Financiamento do ciclo agrário; Formulações de defensivos agrícolas; Tecnologias verdes e mercado futuro. No dia 5, o destaque foi o painel: "Expectativas dos principais órgãos regulatórios sobre investimentos e crescimento da agricultura no Brasil - Perspectivas para a regulação de defensivos e adequação da legislação às novas tecnologias". Na parte da tarde foram realizadas apresentações específicas, de forma segmentada, de dois setores do agronegócio: defensivos agrícolas e fertilizantes. A ABIFINA participou do evento através do seu vice-presidente da área Agro, Tarciso Bonachela e da gerente técnica, Diva Arrepia.

ABIFINA participa da cerimônia de posse e de audiência com novo presidente do CNEN

O 1º vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, representou a entidade na cerimônia de posse do novo presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), ocorrida no dia 07/07, em Brasília. O evento foi presidido pelo ministro Aluizio Mercadante e contou com a presença do secretário executivo do MCT, Luiz Antonio Elias, do ex-presidente da comissão, Odair Gonçalves, e do novo mandatário do órgão, Ângelo Padilha, além de autoridades de outros ministérios e Forças Armadas. Durante o evento, pode-se perceber um renovado interesse do governo federal em novos investimentos na exploração das reservas de minerais nucleares, de urânio, tório e terras raras.

Em outra oportunidade, a ABIFINA, também representada pelo seu 1º vice-presidente participou de uma audiência concedida pelo novo presidente da CNEN, Prof. Ângelo Fernando Padilha, ocasião em que foram apresentados e analisados diversos aspectos relacionados às contribuições do setor produtivo mineral à política de energia nuclear do Brasil.

Reunião do Comitê Farmo da ABIFINA

Durante reunião do Comitê Farmo, realizada no dia 13/07, a ABIFINA, através de seu vice-presidente, Nelson Brasil, apresentou um relato sobre os entendimentos mantidos com a deputada Jandira Feghali, presidente da Subcomissão do Complexo Industrial da Saúde da Câmara de Deputados, visando desenvolver um programa de apoio à produção nacional no âmbito da Câmara de Deputados. Após a apresentação desse tema, foram debatidos os seguintes assuntos: CPhI China 2011; RDC nº 24/2011 – que trata de novas regras para o registro de medicamentos específicos e revisão da IN 10/10 – que dispõe sobre a renovação simplificada do registro de medicamentos.



Dilma Rousseff lança nova política industrial brasileira

No dia 02/08, a presidenta Dilma Rousseff lançou o 'Plano Brasil Maior', a nova política industrial do país. A ação dá continuidade a duas outras recentes políticas de fortalecimento do setor: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em 2008. Mais abrangente que as políticas anteriores, o Plano, idealizado para o período 2011-2014, prevê um conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e a defesa da indústria e do mercado interno. A ABIFINA participou do evento representada pelo seu presidente, Jean D. Peter, e pela diretora de Relações Institucionais, Telma Salles.

ABIFINA participa de reunião dos membros do Fórum Nacional da Indústria

Antes da cerimônia de lançamento do Plano Brasil Maior, no dia 02/08, Jean Peter, presidente da ABIFINA, participou de reunião fechada dos membros do Fórum Nacional da Indústria da CNI com a presidenta Dilma Rousseff, acompanhada pelos ministros Guido Mantega (MF), Aloizio Mercadante (MCT), Fernando Pimentel (MDIC) e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho. Esta foi a primeira de uma série de reuniões que ocorrerão neste fórum a partir do lançamento do Plano.

Dirigentes da ABIFINA participam do 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria

Os dirigentes da ABIFINA Jean Peter (presidente), Dante Alario (vice-presidente) e Telma Salles (diretora de Relações Institucionais) participaram do 4º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado pela CNI, em São Paulo, no dia 03/08. Nesta ocasião, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, e o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, assinaram acordo que prevê a instalação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Com gestão privada, a nova empresa fará parcerias e credenciará instituições de pesquisa e tecnologia, ajudando as empresas a desenvolver projetos inovadores. Outro destaque do evento foi o anúncio feito pelo presidente do BNDES, Luciano Coutinho, de que os setores de biotecnologia, etanol, software e química serão prioritários nos empréstimos do banco para inovação.



ABIFINA participa de reunião em defesa da concorrência e propriedade intelectual

Realizou-se no Rio de Janeiro, no dia 05/07, uma mesa-redonda sobre legislação e mecanismos de defesa da concorrência e suas interações com as leis e práticas de propriedade intelectual. A iniciativa partiu da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi) como parte de um programa que visa capacitar diversos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento, nas práticas de defesa da concorrência. A ABIFINA foi representada pelo seu vice-presidente de Planejamento, Marcos Oliveira.

Segmento agroquímico se reúne com Apex

O diretor de negócios da Apex, Rogério Belini, recebeu a ABIFINA em audiência, no dia 12/07, para discutir as dificuldades encontradas pelas empresas produtoras de defensivos agrícolas instaladas no país. A entidade foi representada pelos seus vice-presidentes, Luis Henrique Rahmeier e Tarciso Bonachela. Na ocasião, foi entregue o documento *Policy Paper* contendo uma análise de conjuntura e sugestões da ABIFINA com o objetivo de atender às necessidades de desenvolvimento do segmento de defensivos agrícolas brasileiro.

Coalizão Empresarial Brasileira se reúne em Brasília

Realizou-se no dia 04/08, em Brasília, um encontro da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), que foi coordenado por Carlos Mariani Bittencourt e Soraya Rosar. A reunião visou atualizar os participantes quanto ao andamento das negociações Mercosul-União Européia; informar sobre a XXII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) do Acordo de Associação Mercosul-União Européia, em Bruxelas; além de discutir com os grupos de trabalho alguns temas importantes para a negociação. A ABIFINA foi representada por seu vice-presidente, Marcos Oliveira, e pela trainee da Área Técnica, Fernanda Costa.

Inauguração do Pró-Isags

No dia 25/07, a diretora de Relações Institucionais da ABIFINA, Telma Salles e o vice-presidente da Cadeia Química, Lélío Maçaira, estiveram presentes na inauguração das Instalações do Pró-Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Pró-Isags), no Rio de Janeiro. Fruto da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), o principal objetivo do instituto é promover o intercâmbio e a geração de inovações no campo da governança da saúde, colocando à disposição dos Ministérios da Saúde da América do Sul, as melhores práticas para qualificar a administração no setor. O Pró-Isags terá como diretor-executivo, durante os próximos três anos, o ex-ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão.

Reuniões do Comitê de PI da ABIFINA



Durante reunião, realizada no dia 20/07, Júlio César Moreira, diretor de patentes do INPI, e Liane Lage, coordenadora de patentes do mesmo instituto, apresentaram a nova estrutura da entidade e as ações futuras para minimizar o *backlog* de patentes. Na parte da tarde, foram discutidas as sugestões enviadas pelas empresas pertinentes aos projetos de lei de interesse do setor.

No dia 17/08, a reunião do Comitê teve a apresentação do vice-presidente de Planejamento da ABIFINA, Marcos Oliveira, sobre as negociações entre o Mercosul e a União Européia, a análise e discussão sobre os Projetos de Lei de interesse das entidades e as futuras ações.

30° Enaex tem como tema “Propostas para ampliar a competitividade do comércio exterior”

A Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) realizou, nos dias 18 e 19 de agosto, no Rio de Janeiro, o 30° Enaex, com o tema “Propostas para ampliar a competitividade do comércio exterior”, ocasião em que a ABIFINA foi representada por sua trainee da Área Técnica, Fernanda Costa. O evento contou com a participação do secretário-executivo do MDIC, Alessandro Teixeira, da secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Lacerda Prazeres, e do diretor da AEB, Mauro Laviola.

MAPA avalia novos regulamentos europeus sobre agroquímicos

O seminário “Novo Regulamento Europeu sobre Agrotóxicos e Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos: Desafios e Perspectivas para a Exportação Brasileira” realizou-se no dia 24/08, em Brasília. Ana Carolina Lamy, fiscal federal do MAPA proferiu a palestra “Exportações Brasileiras, Resíduos de Agrotóxicos e Codex Alimentarius” e a convidada internacional, Caroline Harris, falou sobre “Novos Regulamentos da União Européia. Regulamento 1107/2009: Comercialização de Produtos Fitossanitários & Regulamento 396/2005: Limites Máximos de Resíduos”. A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, representou a entidade.

5° ENIFarMed debate perspectivas para o Brasil em farmoquímicos

A mesa cujo painel abordou este tema foi composta pelos principais dirigentes de empresas associadas à ABIFINA. Moderada por Jorge Magalhães da Fiocruz, as palestras de Ronald Rubinstein (ITF Chemical) e Mario Luiz de França Camargo (CYG Biotech), foram debatidas por Lélío Maçaira (Laborvida), Nicolau Pires (Nortec Química), Jean Peter (Globe Química) e Antonio Werneck (IVB). O 5° Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos (ENIFarMed) foi realizado pelo Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento em Fármacos e Medicamentos (IPD-Farma), em São Paulo, nos dias 29, 30 e 31/08.

No segundo dia do evento, o 1° vice-presidente da ABIFINA, Nelson Brasil, coordenou o painel de debates sobre Compras, Encomendas Governamentais e as PPPs, em mesa composta pelos debatedores convidados: Ogari Pacheco (Cristália), Maria Luisa Leal (ABDI), Zich Moysés (SCTIE/MS) e Odnir Finotti (Pró-Genéricos).



ABIFINA discute “Regras de Origem”

A ABIFINA participou de reunião na sede da Abiquim no dia 17/08, em São Paulo, para discutir o tema “regras de origem”, no âmbito das negociações do acordo Mercosul-União Européia. O encontro foi agendado com o objetivo de preparar o setor para atender solicitação da Coalizão Empresarial Brasileira, em reunião realizada no dia 04/08. A ABIFINA foi representada pela gerente técnica, Diva Arrepia e pela trainee da Área Técnica, Fernanda Costa.

ABIFINA participa de almoço com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária

A ABIFINA foi convidada pela Sociedade Rural Brasileira para participar de almoço com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no dia 11/07. Na ocasião, os destaques foram os trabalhos desenvolvidos para aprovar o novo Código Florestal na Câmara dos Deputados e o esforço que ainda é necessário para aprová-lo no Senado. A ABIFINA esteve representada pelos seus vice-presidentes do segmento agroquímico, Luis Henrique Rahmeier e Tarciso Bonachela, e pelo diretor da área, João Alegro.

Biolab lança suplemento oral para prevenção do envelhecimento da pele

Com ação antioxidante direcionada para prevenir a formação de radicais livres responsáveis, entre outros males, pelo envelhecimento da pele, o suplemento é o primeiro alimento funcional da Linha Dermatológica da Biolab. Composto por vitaminas e minerais essenciais para o bom funcionamento do organismo, o Reaox possui eficácia comprovada na diminuição de rugas finas e linhas de expressão.

Um dos principais diferenciais do suplemento é a luteína purificada, potente agente antioxidante extraído da flor da calêndula (*Tagetes Erecta*), que aumenta significativamente a hidratação e a elasticidade da pele. Estudos demonstraram taxas de hidratação 60% maiores em pacientes que fizeram uso da luteína na forma oral por 12 semanas. O Reaox proporciona proteção adicional à pele contra a radiação solar, complementando a proteção dos filtros solares. Aliando características antioxidantes naturais, o produto também auxilia a modificação do processo de fotoenvelhecimento, impedindo os danos à molécula de DNA e reconstituindo as membranas celulares danificadas pela neutralização dos radicais livres.

O suplemento também é capaz de suprir as deficiências de vitaminas e minerais já que todos os seus nutrientes correspondem a 100% da Ingestão Diária Recomendada (IDR) pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Movidil: o prebiótico solúvel da Biolab para a motilidade intestinal

O novo produto da Linha Digestiva da Biolab tem como princípio ativo a polidextrose - fibra altamente solúvel que promove maior movimento intestinal, graças à excelente capacidade de retenção de líquidos. Sua indicação está principalmente orientada para o auxílio nos quadros de

constipação intestinal.

Um dos principais diferenciais do medicamento é a ação imediata no intestino delgado, limitando a absorção de açúcares e gorduras e melhorando a qualidade das fezes, além de contribuir para a qualidade de vida de pacientes com quadros de diabetes e doenças cardiovasculares.

Outras ações benéficas esperadas são a indução do crescimento de probióticos naturais no intestino grosso, ampliando a imunidade do organismo, a redução do pH das evacuações e a diminuição da presença dos agentes carcinogênicos locais.

Novidade antissinais é lançada pelo Aché

O Aché Laboratórios passa a comercializar no Brasil uma nova linha de cremes antissinais: Eucerin DermoDENSIFYER. A linha de cosméticos auxilia no processo de renovação natural da própria pele com a potente combinação de Arctiin e Peptídeos-Apiaceae, ativos naturais que reativam e ajudam a aumentar a produção de colágeno e de substâncias responsáveis pelo aumento do volume. Em poucas semanas, a espessura fina e frágil do tecido conectivo da pele torna-se redensificada em uma rede mais estável e coesa.

“À medida que a idade avança, há redução da atividade hormonal no organismo e conseqüentemente a pele se torna mais fina e seca, ocasionando rugas mais profundas”, explica o Dr. Alexandre Fabris, dermatologista do Aché Laboratórios. “Eucerin uniu dois ativos poderosos que além de estimularem a produção de colágeno e elastina, auxiliam no processo de renovação natural da pele”, conclui.

“Estamos bastante otimistas com relação à aceitação da nova linha aqui no Brasil, afinal os produtos antissinais são sempre muito procurados. Os produtos DermoDENSIFYER chegam ao mercado para atender a demanda das peles maduras que necessitam de resultados perceptíveis em algumas semanas de uso”, completa Thais Mattar, gerente de produto do Aché Laboratórios.

Associado
Arctiin e Peptídeos-Apiaceae

Hebron lança fitoterápico inovador

O Kios é um fitoterápico inovador produzido a partir da planta *Schinus terebinthifolius* – uma árvore brasileira. O novo medicamento, indicado para gastrites e dispepsias, foi desenvolvido nos últimos oito anos em parcerias com algumas universidades. A parte farmacotécnica teve o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); os estudos pré-clínicos foram efetuados em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e os ensaios clínicos realizados no Hospital das Clínicas da Universidade de Pernambuco (UPE).

O estudo clínico - fase III -, que demonstra resultados terapêuticos superiores ao Omeprazol, em sintomas como náusea, azia e dor epigástrica, foi publicado na GED – Gastroenterologia e Endoscopia Digestiva, Revista da Sociedade Brasileira de Gastroenterologia. O produto possui patente depositada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

O projeto, que se conclui com a chegada do novo medicamento ao mercado, vem ao encontro da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, do Governo Federal, que objetiva estimular a indústria farmacêutica nacional a aproveitar as características e potencialidades do Brasil nessa área.

Biolab Sanus Farmacêutica Ltda. – Campeã em 2010

Tradicional avaliação realizada pelo jornal Valor Econômico, analisando sete critérios (crescimento sustentável, receita líquida, geração de valor, rentabilidade, margem, liquidez corrente e giro do ativo), colocou a Biolab como a grande campeã

de 2010: primeiro lugar no setor industrial farmacêutico e cosmético brasileiro. Deve ser ressaltado que, dentre os dez primeiros colocados nessa avaliação, seis são empresas nacionais, dentre as quais quatro associados da ABIFINA: Biolab, Aché, EMS e Cristália. Parabéns efusivos aos agraciados nesse importante certame nacional.

EMS cresce 38% e avança entre as empresas da América Latina

Segundo levantamento realizado pela consultoria IMS Health, a EMS avançou uma posição entre as empresas farmacêuticas da América Latina e passou a ocupar o sexto lugar no ranking. De acordo com a empresa, o ranking foi elaborado com base no desempenho das empresas em 2010. Nesse período, a EMS faturou R\$ 3,37 bilhões e cresceu 38% em relação ao ano anterior.

A EMS investe anualmente 6% do seu faturamento nas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Para a companhia, a sexta posição no ranking é consequência de fatores como foco em inovação, pioneirismo em importantes lançamentos e investimentos na produção.

O lançamento das versões genéricas de grandes blockbusters, como a sildenafila e a atorvastatina, também foi determinante para impulsionar o bom desempenho.

Cristália investe mais em P&D

Em 2010, a empresa destinou o equivalente a 7,5% do faturamento de aproximadamente R\$ 660 milhões a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Neste ano, o laboratório pretende elevar para 11% do seu faturamento o montante que investirá em inovação.

Atualmente, a empresa conduz cerca

de 40 projetos de P&D. Metades deles podem resultar em inovações radicais - isto é, em produtos baseados em novas moléculas e por isso ainda inexistentes - e são voltados ao tratamento de dores, síndrome metabólica, problemas cardíacos, cicatrização e asma. A outra metade deve resultar em inovações incrementais, que no caso de uma empresa farmacêutica, envolve a elaboração de novas formulações para substâncias já existentes.

O laboratório conta com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que aprovou financiamento de R\$ 77,2 milhões para a empresa, dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma). Ao todo, 11 projetos do Cristália serão beneficiados pelo financiamento.

Entre eles, está a proposta de desenvolver uma nova rota biotecnológica para produção do hormônio do crescimento humano recombinante e um produto para o tratamento de síndrome metabólica baseado em uma nova molécula. O Cristália já solicitou a patente da substância, que está sendo testada no controle de colesterol.

Femme Fólico completa linha para gestantes da Aché

O medicamento é indicado na pré-concepção, durante a gestação e lactação para a prevenção de Defeitos do Tubo Neural (DTN) e outras malformações congênitas devendo ser utilizado de 2 a 3 meses antes da gravidez. Dados mostram que cerca de 50% das gravidezes não são planejadas, portanto o déficit de ácido fólico leva uma alta prevalência de bebês com defeitos do tubo neural, cinco nascimentos em cada 1000 nascidos.

Além do consumo de ácido fólico antes da gestação como profilaxia para evitar a ocorrência de malformações fetais como DTN e fendas orais, o uso da substância é

importante como complemento vitamínico durante a gestação e lactação.

Segundo o Ministério da Saúde, para evitar os problemas acima descritos, deve-se consumir diariamente uma dose de 5mg de ácido fólico, do terceiro mês anterior à gestação até o fim da gestação.

“O uso de ácido fólico, na dosagem de 5mg, se mostrou eficiente para a redução dos riscos de DTN em 70% a 80% dos pacientes, afasta o perigo da redução de peso dos recém-nascidos e reduz os riscos de parto prematuro”, afirma Jacqueline Paiva, gerente de produto Saúde Feminina.

Ultrapar atinge R\$ 215 milhões no segundo trimestre de 2011

A Ultrapar Participações S.A., empresa com atuação nos setores de distribuição de combustíveis (Ultragaz/Ipiranga), químico (Oxiten) e de armazenagem para grânéis líquidos (Ultracargo), anunciou seus resultados do segundo trimestre de 2011.

O lucro líquido da Ultrapar chegou a R\$ 215 milhões no segundo trimestre, uma alta de 12% ante igual período em 2010. A companhia mais uma vez teve evolução positiva e consistente de resultados, com crescimento de 8% no Ebitda e 12% no lucro líquido.

A receita da distribuidora de combustíveis e produtos químicos totalizou R\$ 12 bilhões no segundo trimestre do ano, apresentando um crescimento de 17% frente ao mesmo período do ano passado.

Entre as empresas do grupo, o maior avanço em volume total produzido é da produtora de especialidades químicas Oxiten, onde o crescimento foi de 13%. As vendas da empresa avançaram 16% no mercado interno e 4% no exterior.

No período, a empresa aprovou a distribuição de R\$ 252 milhões em dividendos referentes à primeira metade do ano. Trata-se de 62% do lucro líquido.

“É com grande satisfação que completamos o vigésimo trimestre consecutivo de crescimento do Ebitda da Ultrapar, que ocorreu ao longo dos últimos cinco anos em diferentes momentos econômicos. Este crescimento reflete o planejamento e execução consistentes de nossa estratégia e nosso foco em criação de valor”, frisa o presidente Pedro Wongtschowski.

União Química traz ao mercado o MamyDrat

Feito à base de óleo de amêndoas, macadâmia e calêndula, o hidratante é a ponta de lança do que será uma linha voltada para gestantes e bebês. Andrea Marques Pinto, diretora de marketing da União Química, diz que mais dois produtos serão lançados em outubro e novembro - para o bebê, contra assaduras, e para a mãe, para evitar o ressecamento do bico do seio - e que há outros três já em desenvolvimento, para o início de 2012. “Queremos que a nova divisão, com foco em saúde e bem-estar, vire unidade de negócio”, afirma.

O principal diferencial da linha, segundo Andrea, será o preço. O MamyDrat custará em média R\$ 30, cerca de 20% mais barato do que os similares da concorrência. E tem perspectiva de faturamento de R\$ 3 milhões no primeiro ano.

O maior investimento para o lançamento da linha, produzida na planta da União Química de Pouso Alegre, foi em marketing - R\$ 5 milhões só para os três primeiros produtos. Parte da verba foi destinada à criação do site da linha Mamy, que pretende ser um portal para gestantes.

Cristália anuncia parceria com a Nagor

O laboratório Cristália fechou uma parceria estratégica com a Nagor, líder e primeira fabricante de implante mamários

da Europa. A empresa passa a representar com exclusividade os implantes mamários da Nagor, no Brasil. As duas empresas firmaram um contrato inicial de cinco anos.

A Nagor, uma das mais antigas fabricantes mundiais de implantes de silicone de alta qualidade é comprometida com a inovação, por este motivo foi a empresa britânica que melhor atendeu os requisitos para essa exclusiva parceria.

Segundo Dirceu Gomes da Silva, diretor da Linha Farma do Cristália, o laboratório pretende conquistar 7% do mercado brasileiro, ainda em 2011, e, nos próximos 12 meses, 15%.

A prótese Nagor possui uma tecnologia única de três camadas, sendo que a segunda é uma barreira química que impede o vazamento do gel em caso de acidente, exceto em caso de perfuração. Essa base trilaminar resulta em um implante mais seguro e eficiente.

Hebron vai abrir a 2ª filial no país

A Hebron Farmacêutica, com sede em Caruaru, vai construir uma segunda unidade produtiva no Brasil. Será uma fábrica de hemoderivados, em Macaé (RJ), com investimento estimado em R\$ 45 milhões. A planta será construída em parceria com a prefeitura de Macaé e com o governo fluminense. O cronograma de implantação prevê início da construção no primeiro trimestre de 2012 e operação em 2014.

O Brasil gasta atualmente cerca de R\$ 800 milhões por ano com a importação de hemoderivados.

Para atender às exigências do mercado, foram investidos R\$ 25 milhões na melhoria de processos e na ampliação da capacidade produtiva da fábrica em Caruaru, que passará de 1,5 milhão para 3 milhões de unidades/mês até dezembro. São 115 produtos comercializados.

A Hebron faturou R\$ 120 milhões em 2010 e projeta para este ano faturar R\$ 150 milhões - um incremento de 25%.

Hebron está pronta para ganhar mercado nos EUA

A indústria, sediada em Caruaru, abriu no dia 1º de agosto escritório e central de distribuição em Cleveland, Ohio, e inicia as exportações no mês de setembro. A expectativa é comercializar 50 mil unidades de medicamentos no primeiro ano de operação da subsidiária.

A Hebron USA recebeu investimento de cerca de R\$ 2,6 milhões e deve significar, em três anos, 30% do faturamento. É a primeira filial de um laboratório farmacêutico brasileiro nos Estados Unidos, de acordo com o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma). E a segunda filial da empresa pernambucana, pois a primeira foi aberta no Peru há três anos. Mesmo assim, as exportações representam hoje apenas 5% das vendas da Hebron e estão restritas a alguns países da América Latina e África.

A empresa exportará inicialmente três itens do seu portfólio – Florax, Kios e Bromelin. Com a nova unidade, a empresa espera aumentar a participação das exportações no faturamento para 35% e dobrar as vendas em dois ou três anos, alcançando R\$ 300 milhões, onde R\$ 90 milhões virão dos Estados Unidos.

Chegada da Supera fortalece o mercado farmacêutico brasileiro

A Eurofarma e o Laboratório Cristália, duas indústrias do setor farmacêutico do Brasil, se uniram para criar a Supera, *joint venture* que associa a reconhecida capacidade de inovação do Laboratório Cristália com a destacada atuação em marketing e vendas da Eurofarma. Cada uma terá participação de 50% na nova empresa, que iniciou as operações em agosto. A expectativa é que a Supera tenha faturamento próximo a R\$ 120 milhões no primeiro ano.

A junção de diferentes expertises dará à Supera a oportunidade de posicionar-se entre

as principais indústrias farmacêuticas do País. Unindo o pipeline do Cristália e Eurofarma, a nova operação deverá lançar produtos de destaque ou inovadores com preços acessíveis à população brasileira. Este será um dos pontos fortes da nova empresa, voltada para a promoção e comercialização de medicamentos de qualidade, com equilíbrio entre inovação e espectro terapêutico.

Os medicamentos da Supera atenderão grande parte das especialidades médicas, como Clínica Geral, Pediatria, Neurologia, Psiquiatria, Ortopedia e Urologia.

A empresa, de origem nacional, reforça o interesse e o *know how* dos empresários brasileiros no setor e está alinhada aos interesses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em fortalecer o parque industrial brasileiro.

Programa do Grupo Centroflora envolve conservação e cadeia produtiva

O Grupo Centroflora criou, em 2009, o programa “Parcerias para um mundo melhor” com o objetivo de integrar todos os elos da cadeia produtiva em uma corrente capaz de garantir um suprimento constante de matéria-prima certificada, melhorar a qualidade de vida dos pequenos agricultores rurais e preservar o meio ambiente.

Criado em 1957, o Grupo Centroflora é líder sul-americano na produção de aproximadamente 200 extratos vegetais padronizados para indústrias dos setores farmacêutico, alimentício e de cosméticos. A empresa tem duas unidades produtivas, uma em Botucatu, interior de São Paulo, e outra em Parnaíba, no Piauí.

O “Parcerias para um mundo melhor” está disseminado por todo o país e foi apresentado como exemplo de inovação em modelo de gestão na XI Conferência Anpei de Inovação Tecnológica, realizada em junho, em Fortaleza (CE).

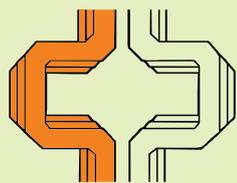
O projeto resultou em bons resultados para todos os elos da cadeia de produção. Fixou os pequenos produtores rurais ao campo, garantindo-lhes uma renda maior e melhor qualidade de vida. Garantiu ao Grupo Agroflora um suprimento constante de matéria-prima certificada. Aos clientes, a compra de extratos vegetais com procedência rastreada, livre de resíduos tóxicos e de manipulação genética. Além de ajudar na preservação da biodiversidade brasileira.

Instituto Vital Brazil inaugura Central de biotecnologia para empresas

O Instituto Vital Brazil (IVB), em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), inaugurou a sede da Incubadora de Empresas de Biotecnologia (Biotec), dentro do instituto. A proposta da instituição é incentivar o empreendedorismo entre cientistas e abrigar novas empresas do ramo, que poderão agilizar suas pesquisas na área da saúde.

“O propósito da Biotec é diminuir o tempo entre a produção de uma idéia científica e o desenvolvimento e a produção dessa idéia. Vamos ajudar professores, mestres e doutores a competir junto aos fundos de pesquisa do governo e, após o investimento, vamos direcionar os recursos para que eles desenvolvam seus projetos no menor tempo possível”, declara Antônio Werneck, presidente do Instituto Vital Brazil.

Para o coordenador do Parque Tecnológico da Vida, projeto que organiza o trabalho de incubadoras como a Biotec, Sergio Mecena, a cidade de Niterói e o estado do Rio têm muito a ganhar com essa iniciativa. “Estamos inaugurando hoje a primeira unidade da Biotec, em parceria com a UFF. O plano é que haja várias outras. Hoje já temos muitos projetos em fase de análise para receber financiamento. Esperamos transformar o Rio em um pólo de biotecnologia”, adianta Mecena.



ABEQ

Associação Brasileira
de Engenharia Química

Agitação e Mistura em Processos Industriais

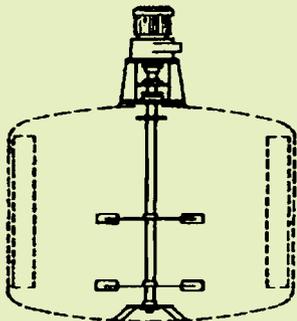


Fig. 1

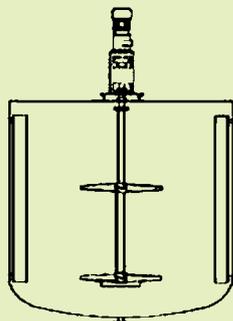


Fig. 2

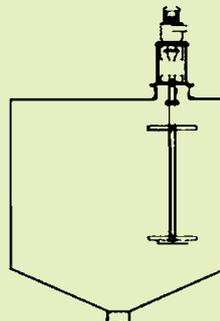


Fig. 3

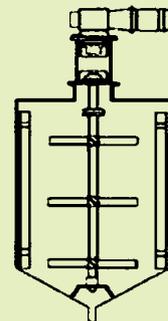
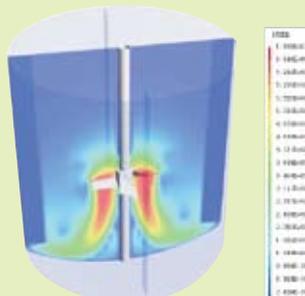


Fig. 4



DOCENTES

- **Prof. Dr. José Roberto Nunhez:**
Professor da Faculdade de Engenharia Química da UNICAMP.
- **Prof. Dr. Efraim Cekinski:**
Professor da E.E. Mauá, Pesquisador do IPT.
- **Prof. Dr. Celso Fernandes Joaquim Júnior:**
Professor da CEETEPS/FATEC.

CONTEÚDO

- Introdução
- Suspensão de Sólidos
- Transferência de Calor
- Aspectos Mecânicos
- Considerações Econômicas
- Modelagem e Simulação

DATA, HORARIO E LOCAL

Data: 20 e 21 de Outubro de 2011
Horário: 8hs às 18hs
Local: CRQ IV Região - Conselho Regional de Química
Rua Oscar Freire, 2039, Pinheiros,
São Paulo, SP

INFORMAÇÕES E RESEVAS

ABEQ – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA QUÍMICA
Tels: (11) 3107-8747 – (11)3104-4649
Site: www.abeq.org.br
E-mail: abeq@abeq.org.br

REALIZAÇÃO:



ABEQ

Associação Brasileira
de Engenharia Química

APOIO:





Em 2012 o Brasil irá sediar novamente o maior evento sobre ingredientes e serviços para a Indústria Farmacêutica da América Latina, a **CPhI South America 2012**.

Só em 2010, o setor farmacêutico no Brasil movimentou US\$ 20,6 bilhões segundo a IMS Health e a CPhI South America serve como ponto de encontro para troca de informações e networking entre os profissionais dessa indústria.



Os principais fornecedores de ingredientes e serviços para a indústria farmacêutica do mundo



Evento obrigatório para os profissionais da indústria



Grande balcão de negócios e troca de informação

Pavilhão ICSE – Soluções e outsourcing para a indústria farmacêuticas



O ICSE é um espaço exclusivo para empresas que fornecem outsourcing de processos e pesquisa clínica para a Indústria Farmacêutica, oferecendo networking, novos negócios e troca de informação.



Mais informações, acesse:
www.cphi-sa.com.br

E: cphi@ubmbrazil.com.br

T: +55 11 4689-1935

Apoios



Apoio Exclusivo



Apoio Inteligência de Mercado



Organização

